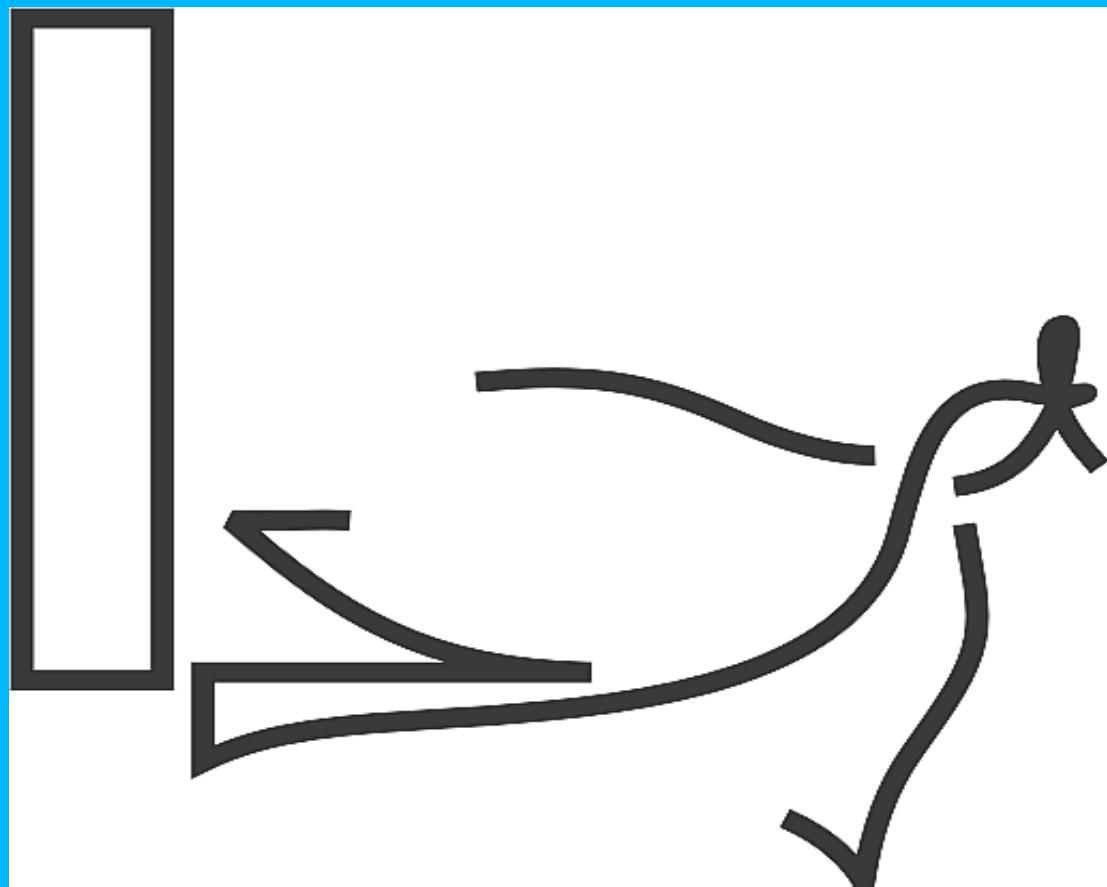




CÂMARA DOS DEPUTADOS

# RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2003



*COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA E  
COMBATE AO CRIME ORGANIZADO,  
VIOLÊNCIA E NARCOTRÁFICO*

BRASÍLIA/DF

## *Sumário*

<i>Apresentação.....</i>	3
<i>Siglas e Abreviações .....</i>	5
1. A SEGURANÇA PÚBLICA NA AGENDA DO PAÍS .....	6
1.1. A atuação da Comissão de Segurança Pública frente a essa agenda .....	6
2. AUDIÊNCIAS PÚBLICAS.....	8
2.1. Quadro das Audiências Públicas Realizadas .....	10
3. SEMINÁRIOS.....	11
3.1. Seminário de Prevenção e Repressão ao Uso de Drogas .....	12
3.2. Seminário sobre Violência Doméstica .....	13
3.3. Polícia Científica: a importância da prova pericial no combate ao crime .....	13
4. APRECIAÇÃO DE PROPOSIÇÕES NA COMISSÃO.....	14
4.1. Estatuto do Desarmamento .....	15
4.2. Emendas ao Orçamento de 2004 e ao PPA.....	17
5. GRUPOS DE DILIGÊNCIA .....	20
6. DEMONSTRATIVOS NUMÉRICOS DAS ATIVIDADES .....	22
7. COMPOSIÇÃO DA COMISSÃO .....	25
7.1. Alterações Ocorridas na Composição da Comissão .....	26
8. ANEXOS .....	27
Tabela 1 - Quadro das Proposições Deliberadas na Comissão .....	28
Tabela 2 - Quadro das Proposições Pendentes de Apreciação .....	36
Tabela 3 - Quadro dos Requerimentos .....	39
Tabela 4 - Quadro dos Grupos de Diligência .....	55
<u>EQUIPE TÉCNICA.....</u>	60
<u>CONTATOS.....</u>	60

## *Apresentação*

O processo legislativo deve ser considerado tanto como instrumento para elaborar a norma, como para buscar respostas para os principais desafios da sociedade, envoltos em circunstâncias históricas, políticas, sociológicas e econômicas. As comissões de cada Casa do Congresso Nacional, assim, constituem um espaço de especialização e discussão mais aprofundada na consecução desse fim.

Também nesse contexto, e tendo em vista a crescente onda de violência e a necessidade de se discutir e formular políticas públicas para combatê-la, medida essa imperativa para a maioria da população brasileira, insere-se a Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado, Violência e Narcotráfico, cuja criação, ocorrida em 2002, foi uma das principais recomendações da extinta CPI do Narcotráfico, da qual fui relator.

Já no segundo ano de existência da Comissão, honrado assumi sua presidência e tive a grata satisfação de ver demonstrado o acerto de sua criação, pois conseguimos realizar em 2003, além de três seminários, 68 reuniões, dentre essas quatro de caráter reservado e duas secretas, dada a gravidade dos fatos envolvidos.

Esta foi uma preocupação constante ao longo do ano, que todas as reuniões convocadas fossem de fato realizadas, e, para tanto, contamos com a assiduidade e empenho dos membros. Isso também evidencia que, muito além da retórica, os parlamentares estiveram sensíveis aos anseios da população em geral, que elegeu a questão da segurança pública como um dos mais importantes e urgentes desafios a serem enfrentados pelo Poder Público.

Deve-se destacar, outrossim, a criação e atuação dos dezenove Grupos de Diligência que, por meio de fatos denunciados, ou dos quais tomamos conhecimento pela imprensa, realizaram 23 reuniões/diligências, tanto no âmbito desta Casa, como nos estados e no Distrito Federal, sendo que dos relatórios já apresentados constam sugestões de medidas a serem adotadas pelos órgãos competentes. Cumpre-se, desse modo, uma das funções regimentais desta Comissão permanente que, muito além de legislar, engloba a de investigar fatos relacionados à segurança pública.

Os quantitativos que são apresentados nos quadros e gráficos do relatório, que demonstram o grande volume de trabalho desenvolvido pela Comissão, e os resultados auferidos devem ser consignados ao empenho e dedicação de seus

membros. Estes, embora envolvidos em tantos compromissos nesta Casa, principalmente os relacionados às reformas que aqui foram apreciadas, permitiram, com suas presenças, realizar um trabalho cuja tônica foi sempre a busca do consenso, com atuações que dignificaram o trabalho parlamentar e propiciaram a este Presidente o exercício tranquilo e profícuo da presidência.

Deve-se também registrar o zelo e o cuidado que relatores e demais deputados tiveram na busca constante do aperfeiçoamento das matérias apreciadas e a preocupação especial para que a legislação daqui oriunda refletisse de fato os anseios do povo que representamos.

Vale destacar, ainda, o apoio recebido dos diversos órgãos da Casa, apoio esse essencial no desenvolvimento dos trabalhos da Comissão, razão pela qual cabe aqui consignar agradecimentos a todos, especialmente à Presidência da Câmara; à Secretaria-Geral da Mesa; à Diretoria-Geral, à Diretoria Legislativa; à Secretaria de Comunicação; às Consultorias Legislativa e de Orçamento, e, de modo particular, à diretoria e aos funcionários do Departamento de Comissões e à secretaria da Comissão.

Outrossim, registramos nossos agradecimentos aos Ministérios da Justiça, da Defesa e das Relações Exteriores, ao Ministério Público, à ABIN, à SENAD, às Polícias Federal, Militar e Civil, e ao Corpo de Bombeiros Militar, aos Tribunais de Justiça, que diretamente ou por meio de suas assessorias foram parceiros e colaboradores no desenvolvimento de nossas atividades.

É preciso reconhecer que muito se realizou, mas muito ainda há por fazer. Deve-se, portanto, inserir como prioridade as alterações ainda necessárias do Código de Processo Penal e da Lei de Execuções Penais, a sanção da lei de combate ao crime organizado, bem como a busca por uma maior e melhor organização dos contingentes de combate ao crime organizado.

Finalmente, com esse balanço das atividades por nós desenvolvidas ficam também nossa esperança e votos de sucesso para aqueles que, à frente desta Comissão, devem continuar o trabalho pela consolidação da segurança pública como um dos pilares do conceito de cidadania e como um direito social, individual e coletivo consagrado pela Constituição, buscando os instrumentos necessários para tanto.

Deputado *MORONI TORGAN*, Presidente.

## *Siglas e Abreviações*

ABIN	Agência Brasileira de Inteligência
BANESTADO	Banco Banestado S.A.
BB	Banco do Brasil
CAPR	Comissão de Agricultura e Política Rural
CCJR	Comissão de Constituição e Justiça e de Redação
CCP	Coordenação de Comissões Permanentes
CCTCI	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática
CD	Câmara dos Deputados
CDH	Comissão de Direitos Humanos
CDUI	Comissão de Desenvolvimento Urbano e Interior
CEC	Comissão de Educação e Cultura
CEF	Caixa Econômica Federal
Cf.	Confira
CFT	Comissão de Finanças e Tributação
CPI	Comissão Parlamentar de Inquérito
CREDN	Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional
CSPCCOVN	Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado, Violência e Narcotráfico
CTASP	Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público
Dep.	Deputado(s)
FENAPEF	Federação Nacional dos Policiais Federais
FNSP	Fundo Nacional de Segurança Pública
FUNAI	Fundação Nacional do Índio
Gab.	Gabinete
IPL	Inquérito Policial
ONGs	Organizações Não-Governamentais
MP	Ministério Público
MPF	Ministério Público Federal
PC do B	Partido Comunista do Brasil
PDC	Projeto de Decreto Legislativo
PDT	Partido Democrático Trabalhista
PF	Polícia Federal
PFL	Partido da Frente Liberal
PL	Partido Liberal
PL	Projeto de Lei
PLP	Projeto de Lei Complementar
PM	Polícia Militar
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PMDF	Polícia Militar do Distrito Federal
PP	Partido Progressista
PPA	Plano Plurianual
PRC	Projeto de Resolução da Câmara
PRONA	Partido de Reedificação da Ordem Nacional
PSB	Partido Socialista Brasileiro
PSC	Partido Social Cristão
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira
PT	Partido dos Trabalhadores
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro
PV	Partido Verde
RICD	Regimento Interno da Câmara dos Deputados
SENAD	Secretaria Nacional Antidrogas
SENASP-MJ	Secretaria Nacional de Segurança Pública – Ministério da Justiça
SRPF	Superintendência Regional da Polícia Federal

## **1. A SEGURANÇA PÚBLICA NA AGENDA DO PAÍS**

A questão da segurança pública vem ocupando lugar de destaque na mídia e na vida das pessoas a tal ponto que a criminalidade e a violência precisam ser tratadas prioritariamente.

Vale lembrar que a Constituição Federal, ao estabelecer que a segurança pública é dever do Estado, direito e responsabilidade de todos (art. 144), acolheu a concepção de que é preciso discutir e assumir esse tema como tarefa e responsabilidade do Estado e da população. É esse espírito de colaboração e integração comunitária que torna a gestão governamental mais legítima.

Sob essa ótica, a Câmara dos Deputados vem sistematicamente adotando medidas para a participação da sociedade civil organizada no Poder Legislativo, onde são debatidos temas de alto interesse para a democracia e para o povo brasileiro.

Assim, em 2003, na área de segurança pública destacou-se a realização da Semana de Segurança Pública em junho, com o objetivo de aprofundar o debate sobre temas relevantes, com a participação de representantes dos demais poderes da República e da sociedade civil, e de apreciar proposições que pudessem contribuir para a redução da onda de violência que se instalou no País. Dos projetos que tramitavam na Casa, foram escolhidos quinze, incluindo sete dos onze sugeridos pela Comissão de Segurança Pública, tendo sido aprovados naquela semana, no total, seis projetos.

### **1.1. A atuação da Comissão de Segurança Pública frente a essa agenda**

Previamente à Semana de Segurança Pública, foram realizadas quatro reuniões de debate para definição dos projetos de lei sobre o tema que a Comissão entendia como prioritários para serem deliberados em regime de urgência no Plenário da Câmara dos Deputados naquele evento. Foram trazidos à discussão quinze projetos e selecionados onze, que foram apresentados como sugestão à Presidência da Casa, sendo que, dos sete acatados, dois foram apreciados e aprovados, a saber:

- PL 7.018/02, da Comissão Mista Temporária de Segurança Pública, que “Altera a lei nº 9.613/98, dispondo sobre lavagem de dinheiro e prevenção do uso do sistema financeiro para ilícitos, e criando o Conselho de Controle de Atividades Financeiras”; e

- PL 7.131/02, da Comissão Mista Temporária de Segurança Pública, que “Dispõe sobre o cadastramento de usuários de telefones celulares pré-pagos e dá outras providências”.

A par da sugestão de projetos para a Semana, a Comissão de Segurança Pública também se fez representar naquele evento por seu Presidente, Deputado Moroni Torgan, como moderador do seminário, no dia em que se discutiu o tema “Crime Organizado e suas Implicações Econômicas, Sociais e Institucionais”, além, é claro, da participação individual de cada um de seus membros.

Antecipando-se a essas discussões que a Casa então assumia como prioridade, meses antes a Comissão realizou várias reuniões e audiências públicas sobre diferentes temas ligados à segurança, da mesma forma que, já em maio, realizara o Seminário de Prevenção e Repressão ao Uso de Drogas.

A respeito dos seminários e também das principais reuniões de audiência pública realizadas, assim como da apreciação de projetos na Comissão, mais adiante serão dados maiores detalhes nas seções dedicadas a cada um deles. É interessante notar, ainda, que, nos Anexos, estão agrupadas as informações relativas a todas as proposições e requerimentos recebidos na Comissão, e sobre as atividades dos Grupos de Diligência, com todos os números auferidos ao longo do ano, sob a forma de tabelas e gráficos.

## 2. AUDIÊNCIAS PÚBLICAS

As audiências públicas têm sido um recurso largamente utilizado pelas comissões, especialmente por permitir a participação da sociedade e por enriquecer, de fato, os debates, trazendo grandes contribuições para os trabalhos desenvolvidos. Nessas oportunidades também são ouvidas autoridades do governo, que são convidadas a colaborar com suas opiniões e a prestar esclarecimentos sobre os atos e omissões dos órgãos sob sua responsabilidade.

Desse modo, também a Comissão de Segurança Pública buscou realizar esse tipo de reunião e, ao longo do ano de 2003, foram realizadas oito, com destaque para as audiências com os Ministros da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, e da Defesa, José Viegas Filho. Também tiveram grande acolhida e repercussão na opinião pública as audiências para averiguar denúncias acerca do envolvimento de empresários e políticos brasileiros nos crimes de lavagem de dinheiro, evasão fiscal e improbidade administrativa – o chamado caso Banestado – e a audiência sobre o Sistema Penitenciário Brasileiro.

A audiência sobre o caso Banestado foi requerida para esclarecer as denúncias feitas pelo Delegado José Francisco Castilho Neto em depoimento na Comissão de Fiscalização Financeira e Controle, quando afirmou ter provas contra pelo menos trezentos empresários e políticos brasileiros, acusados de crimes de lavagem de dinheiro, evasão fiscal e improbidade administrativa. Autor do requerimento para realização da audiência, o Deputado Antonio Carlos Biscaia (PT-RJ), por considerar que denúncias como essa atingem toda a classe política, defendeu a apuração dos fatos e a devida punição dos envolvidos. Aprovada a audiência, o Presidente da Comissão apresentou requerimento para ouvir também o delegado da Polícia Federal Antônio Carlos de Carvalho e os peritos criminais federais Eurico Monteiro Montenegro e Renato Rodrigues Barbosa. A audiência contou com a participação de membros desta e de outras comissões, grande parte deles defendendo a criação de uma CPI para apurar os fatos. Depois de mais de cinco horas ininterruptas de debates, a requerimento dos Deputados Moroni Torgan e Alberto Fraga, aprovado pelo Plenário, a reunião tornou-se secreta, em virtude da gravidade dos relatos feitos.

Tal foi a repercussão do caso e da audiência, que foi realizada extraordinariamente uma outra reunião secreta em 18/06/03, para maiores esclarecimentos dos fatos, e aprovados novos requerimentos (Cf. nos Anexos os requerimentos de nº 89, 91, 97 98, 100 e 102, referentes ao assunto).

Finalmente, para averiguar a veracidade das denúncias e apontar os responsáveis, foi criada uma comissão parlamentar mista de inquérito, ainda em funcionamento no Senado Federal.

O quadro completo das audiências, com a descrição dos temas e convidados, pode ser visto a seguir, no item 2.1 - "Quadro das audiências públicas realizadas".

## 2.1. Quadro das Audiências Públicas Realizadas

<b>Data</b>	<b>Tema</b>	<b>Autor do Requerimento</b>	<b>Convidados</b>
<b>19/03</b>	Acordos internacionais relacionados ao combate ao crime organizado e ao narcotráfico.		- Embaixador GILBERTO VERGNE SABÓIA, Subsecretário-Geral de Política Bilateral do Ministério das Relações Exteriores.
<b>20/03</b>	A atuação das Forças Armadas na segurança pública.		- JOSÉ VIEGAS FILHO, Ministro da Defesa.
<b>26/03 e 02/04</b>	Audiência Pública conjunta com a Comissão de Constituição e Justiça e de Redação: Prioridades do governo para a pasta da Justiça e providências tomadas pelo Governo Federal na questão do combate à violência no Rio de Janeiro.		- MÁRCIO THOMAZ BASTOS, Ministro da Justiça.
<b>02/04</b>	Política Nacional de Drogas que será exposta pelo Brasil na reunião da Organizações das Nações Unidas - ONU, no mês de abril de 2003 (conjunta com a CREDN).	- Dep. Arnaldo Faria de Sá (PTB/SP)	- General PAULO ROBERTO YOG DE MIRANDA UCHÔA, Secretário Nacional Antidrogas.
<b>24/04</b>	Análise das insuficiências da legislação brasileira no combate ao crime organizado.	- Dep. Paulo Pimenta (PT/RS)	- RENATA ALMEIDA DA COSTA, Coordenadora do Curso de Especialização em Ciências Criminais da Universidade de Passo Fundo - RS.
<b>12/06</b>	Denúncias acerca do envolvimento de empresários e políticos brasileiros nos crimes de lavagem de dinheiro, evasão fiscal e improbidade administrativa  (Obs.: em virtude da aprovação de requerimento dos Dep. Alberto Fraga (PTB/DF) e Moroni Torgan (PFL/CE), parte da reunião foi secreta).	- Dep. Antonio Carlos Biscaia (PT/RJ)  - Dep. Moroni Torgan (PFL/CE)	- JOSÉ FRANCISCO CASTILHO NETO, Delegado da Polícia Federal.  - ANTONIO CARLOS DE CARVALHO, Delegado da Polícia Federal.  - EURICO MONTEIRO MONTENEGRO, Perito Criminal Federal.  - RENATO RODRIGUES BARBOSA, Perito Criminal Federal.
<b>03/09</b>	O crime da "lavagem de dinheiro" e outros crimes internacionais (conjunta com a CREDN).	- Dep. Alberto Fraga (PTB/DF)	- BRUCE ZAGARIS, Advogado norte-americano, estudioso da questão da lavagem de dinheiro.
<b>29/10</b>	Sistema Penitenciário Brasileiro	- Dep. Antonio Carlos Biscaia (PT/RJ)  - Dep. Nelson Pellegrino (PT/BA)	- CLÁUDIA MARIA DE FREITAS CHAGAS, Secretária Nacional de Justiça;  - AUGUSTO FREDERICO GAFFRÉE THOMPSON, Presidente do Conselho Penitenciário do Rio de Janeiro e ex-Diretor do DESIPE (Departamento do Sistema Penitenciário) do Rio de Janeiro;  - LUIZ ANTÔNIO NASCIMENTO FONSECA - Coordenador Nacional do Fórum Permanente para Assuntos Penitenciários;  - BRENO ROCHA SOARES JÚNIOR, Presidente da Federação Nordestina de Agentes e Servidores Penitenciários.

### **3. SEMINÁRIOS**

A exemplo das reuniões de audiência pública, também o seminário foi um recurso importante na discussão de temas relacionados à competência da Comissão e na instrução de matérias sob estudo na Casa, especialmente por favorecer a participação não só de entidades, mas de cidadãos em geral, que, uma vez inscritos, podiam fazer indagações e opinar.

Entre tantos temas ligados à segurança pública que sobejam a sociedade de angústia, a violência doméstica e o papel da polícia científica foram objeto de estudo em seminários, aprovados e realizados pela Comissão a requerimento da Deputada Iriny Lopes (PT/ES).

Também a prevenção e a repressão ao uso de drogas foram discutidos durante o seminário realizado nos dias 13, 14 e 15 de maio para estudar o Projeto de Lei nº 7.134/02, que “Dispõe sobre o Sistema Nacional Antidrogas; sobre a prevenção, a repressão e o tratamento; define crimes, regula o procedimento nos crimes que define e dá outras providências.” Para o aperfeiçoamento do projeto, diversas autoridades e entidades públicas e não-governamentais foram ouvidas, dentre essas, representantes das Procuradorias-Gerais de Justiça; dos Ministérios Públicos dos Estados e do Distrito Federal; da Polícia Civil; da Associação Nacional dos Membros do Ministério Público; dos Conselhos Estaduais Antidrogas; da Associação Brasileira Comunitária para Prevenção do Abuso de Drogas (ABRAÇO); da Federação Brasileira Amor-Exigente (FEBRAE); do Grupo de Apoio Fraterno a Dependentes Químicos; do Ministério da Saúde; do Ministério da Educação, e das Secretarias de Segurança Pública dos Estados.

Num processo exemplarmente democrático, delas foram colhidas sugestões, além das oferecidas pelos deputados, que resultaram na apresentação de uma emenda substitutiva global ao PL 7.134/02, que foi posteriormente aprovada pela Comissão.

Dos 56 artigos do projeto, 40 foram alterados, 12 foram acrescentados e alguns, suprimidos, ficando o texto da emenda com 67 artigos. Entre as mudanças, estão a criação de dispositivos para interditar o dinheiro dos narcotraficantes e a fixação de novas penas para os financiadores do crime organizado. Pela proposta, o viciado passa a ser tratado como doente, e não mais como criminoso, e a prevenção ao uso de drogas torna-se matéria obrigatória do currículo do ensino fundamental e médio, e

programa obrigatório nas políticas públicas, inclusive com a responsabilização penal e administrativa dos servidores públicos que não o implantarem devidamente.

Infelizmente, apesar dos esforços da Comissão, e da grande expectativa de todos os participantes do seminário, esse projeto não foi apreciado na Semana de Segurança Pública. Espera-se, entretanto, que finalmente o seja no início de 2004, uma vez que foi incluído na pauta da convocação extraordinária para esse período.

Veja-se a seguir os quadros de todos os seminários realizados, com os temas e convidados ouvidos.

### **3.1. Seminário de Prevenção e Repressão ao Uso de Drogas (Discussão do Projeto de Lei nº 7.134/02 e apensado, PL 6.108/02)**

<b>Data</b>	<b>Programação</b>	<b>Expositores/Convidados</b>
<b>13/05</b>	• Abertura e apresentação de sugestões dos deputados, órgãos federais e estaduais e ONGs.	- Ministro NILSON NAVES, Presidente do Superior Tribunal de Justiça; - Paulo Roberto Yog de Miranda Uchôa, Secretário Nacional Antidrogas; - Deputado NEUCIMAR FRAGA; - Senador MAGNO MALTA; - Brigadeiro do Ar RICARDO MACHADO VIEIRA, Representante do Ministro de Estado da Defesa, Subchefe de Operações.
<b>14/05</b>	• Apresentação de sugestões de órgãos federais e estaduais e ONGs	- José Elias Murad, Subsecretário Antidrogas de Minas Gerais; - General Paulo Roberto Yog de Miranda Uchôa, Secretário Nacional Antidrogas; - Juízes; • Representantes dos seguintes órgãos: - Procuradorias-Gerais de Justiça; - Ministérios Públicos dos Estados e do Distrito Federal; - Polícia Civil; - Associação Nacional dos Membros do Ministério Público; - Conselhos Estaduais Antidrogas; - Associação Brasileira Comunitária para Prevenção do Abuso de Drogas (ABRAÇO); - Federação Brasileira Amor-Exigente (FEBRAE); - Grupo de Apoio Fraterno a Dependentes Químicos; - Ministério da Saúde; - Ministério da Educação; - Secretarias de Segurança Pública dos Estados.
<b>15/05</b>	• Discussão e apresentação do texto final ao PL 7.134/02 e apensado.	- José Elias Murad, Subsecretário Antidrogas de Minas Gerais; - General Paulo Roberto Yog de Miranda Uchôa, Secretário Nacional Antidrogas; - Juízes; • Representantes dos seguintes órgãos: - Procuradorias-Gerais de Justiça; - Ministérios Públicos dos Estados e do Distrito Federal; - Polícia Civil; - Associação Nacional dos Membros do Ministério Público; - Conselhos Estaduais Antidrogas; - Associação Brasileira Comunitária para Prevenção do Abuso de Drogas (ABRAÇO); - Federação Brasileira Amor-Exigente (FEBRAE); - Grupo de Apoio Fraterno a Dependentes Químicos; - Ministério da Saúde; - Ministério da Educação; - Secretarias de Segurança Pública dos Estados.

### 3.2. Seminário sobre Violência Doméstica

Data	Programação	Expositores/Convidados
11/11	<ul style="list-style-type: none"> <li>Abertura, com a presença dos deputados: NEUCIMAR FRAGA (PL/ES), 2º Vice-Presidente da CSPCCOVN; Deputada IRINY LOPES (PT/ES), autora do requerimento para realização do seminário.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>CARLOS WEIS, Conselheiro do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária, Representante do Ministro de Estado da Justiça;</li> <li>EMÍLIA FERNANDES, Ministra da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres da Presidência da República;</li> <li>LUIZ ALBERTO GONÇALVES, Secretário-Adjunto da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República, Representante da Ministra MATILDE RIBEIRO;</li> <li>Deputada JANDIRA FEGHALI (PCdoB/RJ), Representante da Coordenação da Bancada Feminina.</li> </ul>
	<ul style="list-style-type: none"> <li>Painel 1: "Violência Doméstica no Cenário Brasileiro."</li> </ul> <p><b>Coordenadora:</b> Deputada IRINY LOPES (PT/ES).</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>LEILA LINHARES, Diretora da ONG Cidadania, Estudo, Pesquisa, Informação e Ação (CEPIA).</li> </ul>
	<ul style="list-style-type: none"> <li>Painel 2: "Homens pelo Fim da Violência Doméstica."</li> </ul> <p><b>Coordenadora:</b> Deputada PERPÉTUA ALMEIDA (PC do B/AC).</p> <p>Lançamento do Programa de Prevenção, Assistência e Combate à Violência contra a Mulher, com ênfase na Campanha do Laço Branco - Plano Nacional da Secretaria Especial de Políticas para Mulheres, com a Ministra EMÍLIA FERNANDES.</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>BENEDITO MEDRADO, Coordenador do Instituto Papai.</li> </ul>
	<ul style="list-style-type: none"> <li>Painel 3: "Ações de Prevenção e Combate à Violência Doméstica: Construindo uma Legislação Especial."</li> </ul> <p><b>Coordenadora:</b> Deputada MARIA DO ROSÁRIO (PT/RS).</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>SÍLVIA PIMENTEL - Representante do consórcio feminista das entidades Cidadania, Estudo, Pesquisa, Informação e Ação (CEPIA), Comitê Latino-Americano para Defesa dos Direitos da Mulher (CLADEM), Centro Feminista de Estudos e Assessoria (CFEMEA), Assessoria Jurídica e Estudos do Gênero (THEMIS) e Ações em Gênero, Cidadania e Desenvolvimento (AGENDE).</li> </ul>

### 3.3. Polícia Científica: a importância da prova pericial no combate ao crime

Data	Programação	Expositores/Convidados
20/11	<ul style="list-style-type: none"> <li>Painel 1: "A Balística como Instrumento para o Combate ao Tráfico de Armas."</li> </ul> <p><b>Coordenadora:</b> Deputada IRINY LOPES (PT/ES).</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>CELSO NENEVÊ, Perito Criminal e Diretor de Perícias Laboratoriais do Instituto de Criminalística do Distrito Federal.</li> </ul> <p><b>Debatedores:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>EDSON WAGNER DE SOUSA BARROSO, Perito Criminal e Coord. de Estruturação e Modernização da Perícia da SENASP - RJ;</li> <li>ROOSEVELT ALVES F. LEADEBAL JÚNIOR, Presidente da Associação Nacional dos Peritos Criminais Federais.</li> </ul>
	<ul style="list-style-type: none"> <li>Painel 2: "Pedofilia na Internet."</li> </ul> <p><b>Coordenador:</b> Deputado ANTONIO CARLOS BISCAIA (PT/RJ).</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>JORILSON DA SILVA RODRIGUES, Perito Criminal Federal. Especialista em Crimes Cibernéticos.</li> </ul> <p><b>Debatedor:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>SÉRGIO LUIZ FAVA, Perito Criminal Federal. Especialista em Crimes Cibernéticos.</li> </ul>
	<ul style="list-style-type: none"> <li>Painel 3: "DNA da Cocaína."</li> </ul> <p><b>Coordenadora:</b> Deputada PERPÉTUA ALMEIDA (PC do B/AC).</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>ROGÉRIO MATHEUS VARGAS, Perito Criminal Federal. Doutor em Química.</li> </ul> <p><b>Debatedor:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>OCTÁVIO BRANDÃO CALDAS NETTO, Diretor do Instituto Nacional de Criminalística.</li> </ul>

#### **4. APRECIAÇÃO DE PROPOSIÇÕES NA COMISSÃO**

Sob a direção do Presidente da Comissão, Deputado Moroni Torgan, as reuniões deliberativas, na média de duas por semana, foram sempre muito produtivas, sendo que nenhuma deixou de acontecer por falta de quórum.

No início da sessão legislativa de 2003, havia um projeto, com três apensados, pendente de deliberação. Além desse, deram entrada na Comissão ao longo do ano mais 139. Para cada projeto despachado à Comissão foi de pronto providenciada a designação de relator, de modo que 61% deles foram apreciados e 99% dos pareceres apresentados pelos relatores foram deliberados. Foram ainda recebidos e apreciados 160 requerimentos versando sobre os mais variados assuntos, como solicitação de audiência pública, pedido de informação, etc (ver no item 8 - Anexos - Tabela 3 - Quadro de Requerimentos).

Em relação aos projetos deliberados, os de maior relevância foram aqueles que trataram de temas como:

- a instituição de Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar a atuação de organizações criminosas no sistema prisional brasileiro;
- a aprovação do texto do Protocolo contra a fabricação e o tráfico ilícito de armas de fogo e componentes, complementando a Convenção da ONU contra o crime organizado transnacional;
- o acréscimo de dispositivo ao Código Penal, ampliando as penas por crimes cometidos com o emprego de conhecimentos operacionais obtidos nas Forças Armadas e nos órgãos de segurança;
- a melhoria das condições de vida e de trabalho para os integrantes dos órgãos de segurança pública, como policiais e bombeiros, instituindo seguro de vida, financiamento da casa própria, e estabelecendo condições para aquisição de viaturas;
- o direito de greve dos policiais;
- a alteração do Código de Processo Penal e da Lei de Execuções Penais, relativa à instituição de regime disciplinar diferenciado para presos em regime fechado que cometam falta grave.

A relação completa dos projetos apreciados e dos pendentes de apreciação pode ser vista no item 8 - Anexos - Tabelas 1 e 2. Por ora, cabe destacar a deliberação do Estatuto do Desarmamento que, por seu conteúdo polêmico e sua importância, despertou o interesse da opinião pública, a atenção da mídia e grande empenho dos parlamentares, representando, por tudo isso, uma referência nos trabalhos desenvolvidos pela Comissão.

#### **4.1. Estatuto do Desarmamento**

O Projeto de Lei nº 1.555, de 2003, de autoria do Senado Federal, que “Dispõe sobre registro, posse e comercialização de armas de fogo e munição, sobre o Sistema Nacional de Armas – Sinarm, define crimes e dá outras providências”, ficou conhecido pelo nome de Estatuto do Desarmamento.

Antes mesmo de ser despachado a esta Comissão, o assunto já causava celeuma e expectativa, tanto por parte de deputados, com muitos desejando ver-lhes atribuída a relatoria, quanto por parte daqueles diretamente afetados pela norma em gestação, quer cidadãos comuns, quer membros de corporações policiais e judiciais e ONGs.

Uma vez na Comissão, foi designada relatora a Deputada Laura Carneiro (PFL/RJ), que prontamente se dispôs a receber as contribuições de seus pares e dos cidadãos em geral. Estes inundaram a secretaria com cartas, telefonemas e e-mails, com todo tipo de manifestação: protestos, desabafos, sugestões, etc.

Entregue o parecer e iniciada a discussão, a relatora recebeu e acatou novas sugestões de seus pares, razão pela qual apresentou complementação de voto. Encerrada a discussão, que se estendeu por dois dias seguidos, 16 e 17/09, com longas horas de debates, a Comissão havia recebido 38 destaques. Mais uma vez a relatora prontificou-se a ouvir os pares e solicitou a suspensão da reunião para um encontro com os líderes partidários em busca de acordo que permitisse a aprovação do parecer e que refletisse a posição da maioria da Comissão. Estabelecido esse acordo, que foi coroado com a presença no plenário da Comissão dos líderes e também do Presidente da Casa, Deputado João Paulo Cunha, o parecer da relatora foi reformulado e, submetido a votação nominal, foi aprovado, contra os votos dos Deputados Arnaldo Faria de Sá e Pompeo de Mattos.

A seguir serão elencados os pontos mais controversos do estatuto e suas principais inovações.

**Porte de Arma.** A autorização para o porte de armas será concedida pela Polícia Federal, o que antes era feito pelos estados. O porte fica proibido, exceto para determinadas categorias como policiais, integrantes das Forças Armadas, guardas dos municípios com mais de 500 mil habitantes, e, quando em serviço, guardas dos municípios com mais de 250 mil e menos de 500 mil habitantes, guardas prisionais e portuárias.

Dentre as contribuições da Comissão para o Estatuto do Desarmamento, considerando-se a aprovação final da matéria e a transformação em diploma legal, pode-se citar a concessão do porte de armas às guardas portuárias, aos agentes do Departamento de Segurança Institucional do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, e aos residentes em áreas rurais, na categoria “caçador”.

No parecer da Comissão de Segurança foi prevista a concessão do porte também para os agentes de fiscalização do Ibama, aos oficiais de justiça e de proteção da infância e da juventude, com a ressalva de que todos estivessem em serviço. A justificativa para tal concessão em relação aos oficiais, era a recomendação, em casos específicos, de autorização para o porte prevista no Código de Processo Penal e no Código de Processo Civil. Entretanto, essas propostas não foram mantidas no texto da lei.

**Requisitos.** Para adquirir arma de fogo, o interessado deverá declarar efetiva necessidade por atividade profissional de risco ou ameaça à integridade física; comprovar idoneidade, com apresentação de certidões de antecedentes criminais, ocupação lícita e residência certa, bem como capacidade de manuseio da arma.

**Idade.** Foi alterada a idade para a compra de arma de fogo, que passou de 21, na lei anterior, para 25 anos na nova lei sancionada. Embora o projeto vindo do Senado previsse a idade mínima de 25 anos, ao apresentar o parecer na Comissão de Segurança, a Deputada Laura Carneiro preferiu manter a idade prevista na lei então vigente, por considerar a vedação abusiva, já que com 21 anos os cidadãos são elegíveis para o mandato de deputado, prefeito, vice-prefeito e juiz de paz, podem constituir família, comerciar, dentre outros. No entanto, quando da votação do parecer na Comissão, foi aprovado destaque do Deputado Antonio Carlos Biscaia (PT/RJ), que restabelecia o texto original do projeto, mantendo os 25 anos.

**Crime Inafiançável.** O porte ilegal de arma sem registro e o ato de atirar a esmo em local público, sem intenção de praticar outro crime, passam a ser considerados crimes inafiançáveis. Apesar de a Comissão de Segurança Pública, ao votar destaque dos Deputados João Campos (PSDB/GO) e Bosco Costa (PSDB/SE, Vice-Líder do partido), haver decidido pela retirada desse dispositivo, este acabou retomado em deliberações posteriores na Casa.

**Referendo.** Tema que gerou bastante controvérsia, seja por questões constitucionais e legais, seja por questões de mérito, o referendo foi extirpado do projeto por decisão da Comissão sobre destaque dos Deputados Alberto Fraga (PTB/DF), Luiz Antônio Fleury (PTB/SP) e Arnaldo Faria de Sá (PTB/SP, Vice-Líder do partido). Todavia, na seqüência da tramitação, o referendo retornou ao texto do projeto e, por fim, ficou estabelecida a data de 2005 para a sua realização.

Cabe registrar, finalmente, que após a discussão e votação na Comissão de Segurança, o projeto foi remetido à CCJR e, em 23/10/03, apreciado no Plenário, aprovado e remetido ao Senado Federal, tendo sido transformado em norma jurídica em 22/12/03 - Lei nº 10.826/03.

#### **4.2. Emendas ao Orçamento de 2004 e ao PPA**

Tendo em vista que o Orçamento é uma peça autorizativa, isto é, a execução fica ao arbítrio do governo, é preciso considerar que a alocação de verbas por meio das emendas a ele apresentadas não é garantia de sua aplicação. Assim, no caso de recursos previstos para o Fundo Nacional de Segurança Pública, estará a cargo do Ministério da Justiça, que administra o fundo, gerir esses recursos da forma que julgar conveniente.

Em relação ao processo de apresentação de emendas, no caso de comissão, a previsão regimental é que cada uma pode apresentar até cinco emendas ao Orçamento e cinco ao PPA.

A Comissão de Segurança Pública, pois, usou dessa possibilidade e apresentou as cinco emendas possíveis, voltadas para as áreas que julgou mais críticas e carentes de verba, como restou demonstrado especialmente pelos levantamentos realizados pelos Grupos de Diligência. Os deputados reuniram-se, discutiram e

aprovaram as emendas relativas ao Orçamento e ao PPA, que foram encaminhadas à Comissão Mista de Orçamento.

Embora fosse necessário um montante muito maior, a Comissão não tem autonomia para elevar a margem de recursos. Assim, são apresentados no quadro a seguir os valores pretendidos nas emendas oferecidas pela Comissão e os valores contemplados na Lei Orçamentária Anual para 2004, sancionada em 16/01/04.

<b>EMENDAS DA COMISSÃO AO ORÇAMENTO</b>			
<b>Unidade Orçamentária</b>	<b>Funcional Programática Título/Subtítulo</b>	<b>Valor (R\$)</b>	
		<b>Solicitado</b>	<b>Concedido</b>
<b>Fundo Nacional de Segurança Pública (30911)</b>	06.181.1127.3918.0001 Implantação de Projetos de Prevenção da Violência - Nacional	40.000.000,00	2.081.872,00
	06.181.1127.7797.0001 Reaparelhamento e Modernização dos Órgãos de Segurança - Nacional	80.000.000,00	5.576.621,00
<b>Fundo Nacional Antidrogas (20926)</b>	04.845.0665.0722.0001 Apoio A Projetos Desenvolvidos pelos Órgãos do Sistema Nacional Antidrogas na Redução da Demanda e Oferta de Drogas - Nacional	8.000.000,00	3.000.000,00
<b>Departamento de Polícia Federal (30108)</b>	06.122.0662.2272.0001 Gestão e Administração do Programa - Nacional Reaparelhamento e Modernização da Polícia Federal	100.000.000,00	22.081.872,00
<b>Departamento de Polícia Rodoviária Federal (30107)</b>	06.181.0663.1835.0001 Reaparelhamento e Modernização da Polícia Rodoviária Federal - Nacional	30.000.000,00	4.081.872,00
<b>TOTAL</b>		258.000.000,00	36.822.237,00

Obs.: A "Funcional Programática" refere-se ao agrupamento das ações do governo em grandes áreas de sua atuação, para fins de planejamento, programação e orçamentação. Ela compreende as funções, representando o maior nível de agregação das ações do governo, desdobrando-se em "Programas", pelos quais se estabelecem produtos finais, que concorrem à solução dos problemas da sociedade.

Os "Programas" podem desdobrar-se em Subprogramas, quando necessário para maior especificação dos produtos finais. Programas e/ou subprogramas desdobram-se em Projetos e Atividades, que possibilitam alcançar seus produtos e objetivos. Portanto, o "Programa" é o instrumento de programação orçamentária, de segundo nível, em que se identificam objetivos concretos a serem alcançados.

Por fim, como se pôde ver na tabela apresentada, todas as emendas oferecidas pela Comissão foram aprovadas, com a ressalva, entretanto, de que todos os valores pretendidos por meio delas foram revistos pelo relator e sofreram cortes.

Quanto às emendas apresentadas ao PPA, o quadro abaixo mostra os programas e ações para os quais entendeu a Comissão destinar suas emendas. Tendo em vista que a apreciação do PPA não havia sido concluída quando da edição deste relatório, não registramos os valores finalmente contemplados.

<b>EMENDAS DA COMISSÃO AO PPA – EXERCÍCIO 2004 A 2007</b>		
<b>Programa</b>	<b>Ação</b>	<b>Valor (R\$)</b>
<b>0662 - Combate à Criminalidade</b>	2272 - Gestão e Administração do Programa Reaparelhamento e Modernização da Polícia Federal	400.000.000,00
<b>0665 - Nacional de Redução da Demanda e da Oferta de Drogas</b>	0722 - Apoio a Projetos Desenvolvidos pelos Órgãos do Sistema Nacional Antidrogas na Redução da Demanda e Oferta de Drogas	32.000.000,00
<b>1127 - Sistema Único de Segurança Pública</b>	3918 - Implantação de Projetos de Prevenção da Violência	160.000.000,00
<b>1127 - Implantação de Projetos de Prevenção da Violência</b>	7797 - Reaparelhamento e Modernização dos Órgãos de Segurança	320.000.000,00
<b>0663 - Segurança Pública nas Rodovias Federais</b>	1835 - Reaparelhamento e Modernização da Polícia Rodoviária Federal	120.000.000,00
<b>TOTAL</b>		<b>1.032.000.000</b>

## 5. GRUPOS DE DILIGÊNCIA

Em cumprimento à carta regimental, a Comissão de Segurança Pública avançou os limites do ato de legislar, lançando-se numa postura positiva de colaborar com os órgãos executivos através da constituição dos chamados Grupos de Diligência.

Para discutir as diretrizes e a forma de atuação desses grupos foram realizadas sete reuniões, sendo cinco de caráter público e duas reservadas. Entre as muitas propostas apresentadas, restou unânime a opinião de se buscar uma unidade de ação desses grupos, em consonância com os demais órgãos do poder público encarregados do combate ao crime e da manutenção da segurança pública. Assim, estabeleceu-se a necessidade de manter um intercâmbio de informações com essas autoridades, tanto no intuito de colaborar na busca de solução para os problemas levantados, por meio de um verdadeiro trabalho de investigação, quanto para fiscalizar e cobrar providências.

A atuação dos Grupos de Diligência sobre os fatos delituosos que tiveram repercussão nacional foi importante elemento na busca de medidas que intimidassem as ações do crime organizado. Assim, após reuniões nos estados sobre os homicídios do Juiz de Execuções Penais Alexandre Martins de Castro Filho, do Espírito Santo, e do Juiz de Execuções Criminais Antônio José Machado Dias, de Presidente Prudente/SP, foram levadas ao Ministro da Justiça propostas para auxiliar a ação dos agentes públicos dos estados no combate a esse tipo de crime, bem como para resguardar a integridade física dessas autoridades.

Os Grupos de Diligência, por sua composição de deputados mais afeitos aos temas da investigação, seja pela ocorrência dos fatos em suas regiões de representação, seja pelos segmentos sociais atingidos, conferiram legitimidade ao processo investigativo. Como exemplo pode-se citar o Grupo de Diligência que acompanhou as investigações de fatos delituosos ocorridos no Rio de Janeiro envolvendo fiscais de renda do estado e auditores da Receita Federal, cujo relatório final encontra-se disponível na página da Comissão na internet. A criação do grupo foi postulada pelo Deputado Antonio Carlos Biscaia (PT/RJ), que a justificou com considerações acerca da extrema gravidade e grande repercussão dos fatos criminosos, que configuravam, em tese, delitos de corrupção ativa e passiva, prevaricação, extorsão, concussão, evasão de divisas, lavagem de dinheiro e formação de quadrilha, com fortes evidências do envolvimento não só de fiscais de rendas do estado como também de

auditores da Receita Federal, que, além de vultosas contas bancárias na Suíça, dispunham de patrimônio imobiliário de valor absolutamente incompatível com os ganhos auferidos nos cargos públicos que ocupavam.

Também merece destaque a atuação do Grupo de Diligência sobre Tráfico de Órgãos Humanos, que, sob a relatoria do Deputado Neucimar Fraga (PL/ES), ouviu vítimas e testemunhas, acompanhou o julgamento dos acusados no caso de crianças emasculadas em Altamira/PA, e, na tentativa de mapear esse tipo de crime no País, requereu informações a diversos órgãos, em âmbito federal, estadual e municipal, dentre eles o Ministério da Saúde, Tribunais de Justiça, hospitais e centrais de transplante de órgãos. Já no primeiro semestre, as diligências e informações levantadas pelo grupo evidenciaram a necessidade de criação de uma CPI para investigar esses fatos, o que se deu no final de 2003, a requerimento do relator desse grupo, com a divulgação na mídia do agenciamento de cidadãos carentes de Pernambuco, cujos rins eram retirados e vendidos na África do Sul. Aguarda-se, entretanto, a instalação da CPI, cujos trabalhos certamente interessarão e beneficiarão a toda a sociedade.

Vale ainda ressaltar a atuação do grupo que investigou os problemas na área de manutenção da Polícia Federal que, sob a relatoria da Deputada Perpétua Almeida (PC do B/AC), documentou as deficiências daquela corporação, intermediou os anseios da polícia com as autoridades competentes e encaminhou à Comissão proposta de emenda ao orçamento destinando verbas àquele órgão no valor de cem milhões de reais, que foi aprovada e apresentada à Comissão Mista de Orçamento. Além disso, o relatório das diligências realizadas pelo grupo foi entregue ao Ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, na audiência que concedeu aos membros da Comissão, então representada por seu Presidente, Deputado Moroni Torgan (PFL/CE), e pelos Deputados Antonio Carlos Biscaia (PT/RJ) e Neucimar Fraga (PL/ES).

Em síntese, o trabalho desses grupos tem se revelado eficaz embrião de combate à criminalidade na medida em que os eloquentes dados apontam para mudanças políticas e administrativas, nascidas da conscientização social.

Por último, tendo como inegável a importância de cada um dos dezenove grupos criados no âmbito da Comissão, mas não sendo possível detalhar aqui a atuação de cada um deles, optou-se pela exemplificação. Para se ter um panorama com informações sobre todos os grupos, pode-se consultar o item 8 - Anexos - Tabela 4 - Quadro dos Grupos de Diligência.

## 6. DEMONSTRATIVOS NUMÉRICOS DAS ATIVIDADES

Para que se possa visualizar, em termos numéricos, todo o trabalho desenvolvido ao longo do ano de 2003, optou-se por apresentar os seguintes resumos, sob a forma de quadros e gráficos.

<i>Evento</i>	<i>Total</i>
---------------	--------------

<b>Reunião Ordinária</b>	<b>61</b>
Instalação e Eleição de Presidente e Vice-Presidentes	1
Deliberativa <sup>1</sup>	42
Debate	4
Audiência Pública <sup>2</sup>	5
Audiência Pública Conjunta	1
Trabalho de Comissões <sup>3</sup>	8
<b>Reunião Extraordinária</b>	<b>6</b>
Deliberativa <sup>4</sup>	4
Audiência Pública Conjunta	2
<b>Reunião da Sessão Legislativa Extraordinária</b>	<b>2</b>
Deliberativa	2

<b>Reunião dos Grupos de Diligência</b>	<b>23</b>
---	-----------

<b>Seminário</b>	<b>3</b>
------------------	----------

<b>Total Geral</b>	<b>95</b>
--------------------	-----------

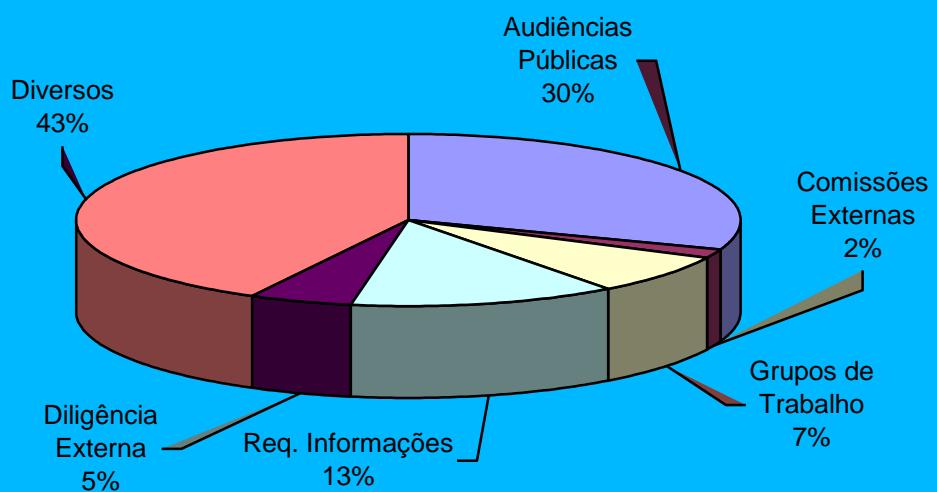
<sup>1</sup>sendo uma de reservada.

<sup>2</sup>sendo uma transformada em secreta.

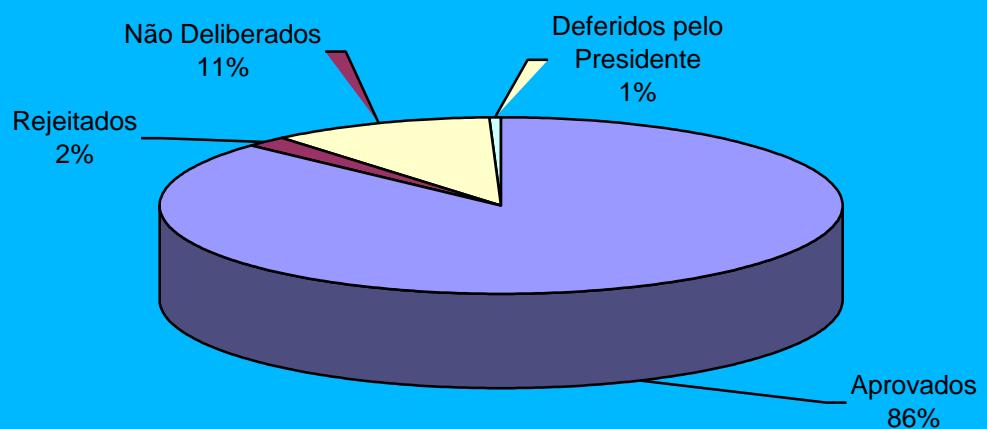
<sup>3</sup>sendo 3 reservadas.

<sup>4</sup>sendo uma transformada em secreta.

<b>Requerimentos</b>							
	<i>Audiências Públicas</i>	<i>Comissões Externas</i>	<i>Grupos de Diligência</i>	<i>Informações</i>	<i>Diligência Externa</i>	<i>Diversos</i>	<i>Total Geral</i>
<b>Total de Requerimentos Apresentados</b>	49	3	12	20	8	68	<b>160</b>



<b>Situação dos Requerimentos</b>					
	Aprovados	Rejeitados	Não Deliberados	Deferidos pelo Presidente	Total Geral
<b>Total de Requerimentos Apresentados</b>	139	3	17	1	<b>160</b>



<b>Projetos</b>						
Pendentes de 2002	Recebidos em 2003	Aprovados	Rejeitados	Prejudicados	Devolvidos (Novo Despacho)	Pendentes de Apreciação
4	<b>139</b>	64	22	1	2	54



**Obs.:** 99% dos projetos relatados foram deliberados pela Comissão.

## **7. COMPOSIÇÃO DA COMISSÃO**

PRESIDENTE: Deputado MORONI TORGAN – PFL/CE

1º VICE-PRESIDENTE: Deputado VIC PIRES FRANCO – PFL/PA

2º VICE-PRESIDENTE: Deputado NEUCIMAR FRAGA – PL/ES

3º VICE-PRESIDENTE:

TITULARES	SUPLENTES
<b>PT</b>	
ANTONIO CARLOS BISCAIA (RJ) – 5414 FERNANDO FERRO (PE) – 5427 IRINY LOPES (ES) – 5267 PAULO PIMENTA (RS) – 5552 VANDER LOUBET (MS) – 5838 WASNÝ DE ROURE (DF) – 5379	LUIZ BASSUMA (BA) – 5617 ODAIR (MG) – 5556 PAULO RUBEM SANTIAGO (PE) – 5229 RUBINELLI (SP) – 5344 SELMA SCHONS (PR) – 5825 <i>(Deputado do PSC ocupa a vaga)</i>
<b>PFL</b>	
ABELARDO LUPION (PR) – 5522 JOSÉ CARLOS ARAÚJO (BA) – 5280 LAURA CARNEIRO (RJ) – 5516 MORONI TORGAN (CE) – 5445 VIC PIRES FRANCO (PA) – 5519	DARCI COELHO (TO) – 5309 JOSÉ CARLOS MACHADO (SE) – 5850 REGINALDO GERMANO (BA) – 5310 ROBSON TUMA (SP) – 5834 RONALDO CAJADO (GO) - 5227
<b>PMDB</b>	
ELISEU PADILHA (RS) – 5209 JOÃO MAGALHÃES (MG) – 5211 – vaga do PTB MAURO LOPES (MG) – 5841 PASTOR PEDRO RIBEIRO (CE) – 5548 – vaga do PTB VIEIRA REIS (RJ) – 5352 <i>(Deputado do PTB ocupa a vaga)</i> <i>(Deputado do PSB ocupa a vaga)</i>	ANDRÉ LUIZ (RJ) – 5858 FERNANDO DINIZ (MG) – 5307 GILBERTO NASCIMENTO (SP) – 5910 LEANDRO VILELA (GO) – 5574 ZÉ GERARDO (CE) – 5632
<b>PSDB</b>	
CARLOS SAMPAIO (SP) – 5581 JOÃO CAMPOS (GO) – 5315 JUÍZA DENISE FROSSARD (RJ) – 5330 <i>(Deputado do PL ocupa a vaga)</i>	ANTONIO CARLOS MENDES THAME (SP) – 5624 BOSCO COSTA (SE) – 5722 VICENTE ARRUDA (CE) – 5603 ZULAIÊ COBRA (SP) – 5411
<b>PP</b>	
CELSO RUSSOMANNO (SP) – 5756 IVAN RANZOLIN (SC) – 5601 PROFESSOR IRAPUAN TEIXEIRA (SP) – 5513 - vaga do PRONA <i>(Deputado do PL ocupa a vaga)</i>	ÉRIC RIBEIRO (RS) – 5741 LEODEGAR TISCOSKI (SC) – 5254 NELSON MEURER (PR) – 5916
<b>PTB</b>	
ALBERTO FRAGA (DF) – 5321 - vaga do PMDB ARNALDO FARIA DE SÁ (SP) – 5929 <i>(Deputado do PMDB ocupa a vaga)</i> <i>(Deputado do PMDB ocupa a vaga)</i>	LUIZ ANTONIO FLEURY (SP) – 5945 NELSON MARQUEZELLI (SP) – 5920 VICENTE CASCIONE (SP) – 5940
<b>PL</b>	
CARLOS SOUZA (AM) – 5569 – vaga do PcdB CORONEL ALVES (AP) – 5419 EDMAR MOREIRA (MG) – 5606 – vaga do PSDB JOÃO TOTA (AC) – 5656 – vaga do PP NEUCIMAR FRAGA (ES) – 5901	LINCOLN PORTELA (MG) – 5615 SANDRO MABEL (GO) – 5443
<b>PSB</b>	
BARBOSA NETO (GO) – 5736 – vaga do PMDB ISAIAS SILVESTRE (MG) – 5531 PAULO BALTAZAR (RJ) – 5515	GONZAGA PATRIOTA (PE) – 5430 RENATO CASAGRANDE (ES) – 5662
<b>PPS</b>	
DIMAS RAMALHO (SP) – 5658	COLBERT MARTINS (BA) - 5319
<b>PDT</b>	
POMPEO DE MATTOS (RS) – 5810	NEIVA MOREIRA (MA) – 5826
<b>PC do B</b>	
<i>(Deputado do PL ocupa a vaga)</i>	PERPÉTUA ALMEIDA (AC) – 5625
<i>(Deputado do PP ocupa a vaga)</i>	ELIMAR MÁXIMO DAMASCENO (SP) – 5446
<b>PV</b>	
MARCELO ORTIZ (SP) – 5931	EDSON DUARTE (BA) – 5535
<b>PSC</b>	
	CABO JÚLIO (MG) – 5327 – vaga do PT

## 7.1. Alterações Ocorridas na Composição da Comissão

<b>Membro</b>	<b>Deputado</b>	<b>Partido</b>	<b>UF</b>	<b>Entrada</b>	<b>Saída</b>
Titular	CARLOS MELLES	PFL	MG	26/02/03	17/09/03
Titular	ERICO RIBEIRO	PP	RS	26/02/03	05/03/03
Titular	NARCISO MENDES	PP	AC	26/02/03	07/05/03
Titular	TADEU FILIPPELLI	PMDB	DF	26/02/03	05/05/03
Suplente	DR. EVILÁSIO	PSB	SP	16/09/03	17/10/03
Suplente	FRANCISCA TRINDADE	PT	PI	26/02/03	27/07/03
Suplente	MÁRCIO REINALDO MOREIRA	PP	MG	26/02/03	05/03/03
Suplente	TAKAYAMA	PMDB	PR	26/02/03	04/04/03
Suplente	TELMA DE SOUZA	PT	SP	26/02/03	05/03/03

## 8. ANEXOS

- Tabela 1 - Quadro das Proposições Deliberadas na Comissão**
- Tabela 2 - Quadro das Proposições Pendentes de Deliberação**
- Tabela 3 - Quadro dos Requerimentos**
- Tabela 4 - Quadro dos Grupos de Diligência**

**Tabela 1 - Quadro das Proposições Deliberadas na Comissão**

<b>PROPOSIÇÃO</b>	<b>AUTOR</b>	<b>EMENTA</b>	<b>RELATOR</b>	<b>PARECER</b>	<b>RESULTADO</b>
<b>PL 4/03</b>	Iara Bernardi	Proíbe a participação de agentes públicos policiais em empresas privadas de segurança.	Alberto Fraga	Parecer pela rejeição	Aprovado o parecer, contra os votos dos Dep. Iriny Lopes e Paulo Pimenta. Voto em separado - Dep. Iriny Lopes. Encaminhado à CCJR em 19/08/03.
<b>PRC 30/03</b>	Inaldo Leitão	Institui Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar a atuação de organizações criminosas no sistema prisional brasileiro, resultando em assassinatos de autoridades, entre os quais o do juiz Antônio José Machado Dias, da Vara das Execuções Penais de Presidente Prudente (SP), bem como a recente ordem de espalhar o pânico na cidade do Rio de Janeiro (RJ), dada pelos chefes do tráfico encarcerados no sistema penitenciário de Bangu, que também resultou em mortes (documentos em anexo).	Paulo Baltazar	Parecer pela aprovação	Aprovado o parecer. Encaminhado à CCJR em 28/05/03.
<b>PL 89-A/99</b>	Alberto Fraga	Estabelece a organização dos Quadros nas Instituições Militares Estaduais e do Distrito Federal.	Abelardo Lupion	Parecer pela aprovação, com substitutivo	Aprovado o parecer. Encaminhado à CCJR em 16/10/03.
<b>PL 122/99</b> <u>PL 165/99</u> <u>PL191/99</u> <u>PL1029/99</u> <u>PL1810/99</u> <u>PL3145/00</u> <u>PL5224/01</u> <u>PL6185/02</u> <u>PL7054/02</u> <u>PL366/03</u>	Geraldo Magela	Dispõe sobre a instituição da gratificação de risco de vida para os policiais-militares e bombeiros-militares do Distrito Federal, e dá outras providências.	Coronel Alves	Parecer com complementação de voto pela rejeição deste e aprovação dos apensados, com substitutivo	Aprovado o parecer com complementação de voto. Encaminhado à CTASP em 22/07/03.
<b>PL 202/03</b> <u>PL309/03</u>	Rubinelli	Acrescenta o inciso V, ao art. 18 da Lei nº 6.368, de 21 de outubro de 1976, que dispõe sobre medidas de prevenção e repressão ao tráfico ilícito e uso indevido de substâncias entorpecentes ou que determinem dependência física ou psíquica, e dá outras providências.	Carlos Sampaio	Parecer com complementação de voto, pela aprovação deste e do apensado, com substitutivo	Aprovado o parecer com complementação de voto. Encaminhado à CCJR em 01/10/03.
<b>PL 216/03</b>	José Divino	Proíbe o recolhimento em todo o território nacional de bens patrimoniais por empresas de transportes de valores "carro forte" no horário comercial dos estabelecimentos públicos e privados de ensino, comercial, financeiro, econômico e repartições públicas e privadas da união, estados e municípios.	Vic Pires Franco	Parecer pela aprovação	Rejeitado o parecer (passou a constituir voto em separado).
			Bosco Costa <b>(Relator do parecer vencedor)</b>	Parecer vencedor, pela rejeição	Aprovado o parecer vencedor. Encaminhado à CCP em 03/09/03.

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA E COMBATE AO CRIME ORGANIZADO, VIOLENCIA E NARCOTRÁFICO

<b>PROPOSIÇÃO</b>	<b>AUTOR</b>	<b>EMENTA</b>	<b>RELATOR</b>	<b>PARECER</b>	<b>RESULTADO</b>
<b>PDC 228/03</b>	CREDN	Aprova o texto da Convenção relativa à Assistência Administrativa Mútua para a Aplicação Apropriada da Legislação Aduaneira e para a Prevenção, Investigação e Combate às Infrações Aduaneiras, concluída entre o Brasil e o Reino dos Países Baixos, no dia 7 de março de 2002, em Brasília.	Laura Carneiro	Parecer pela aprovação	Aprovado o parecer. Encaminhado à CCP em 23/07/03.
<b>PLP 281/02</b>	José Carlos Martinez	Altera o artigo 16 da Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999, dispondo sobre as atribuições subsidiárias das Forças Armadas.	Edmar Moreira	Parecer pela rejeição	Aprovado o parecer. Encaminhado à CREDN em 12/08/03.
<b>PL 291/03</b>	Paulo Baltazar	Altera o artigo 41 da Lei 7.210, de 11 de julho de 1984, e o artigo 7º, inciso III, da Lei 8.906, de 04 de julho de 1994.	Professor Irapuan Teixeira	Parecer com complementação de voto, pela aprovação, com 2 emendas	Aprovado o parecer com complementação de voto, contra os votos dos Dep. Iriny Lopes, Antonio Carlos Biscaia, Rubinelli e Marcelo Ortiz. Voto em separado - Dep. Iriny Lopes. Encaminhado à CCJR em 17/07/03.
<b>PDC 301/03</b>	CREDN	Aprova o texto do Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Federação da Rússia sobre Cooperação no Domínio de Tecnologias Militares de Interesse Mútuo, celebrado em Moscou, em 9 de abril de 2002.	Moroni Torgan	Parecer pela aprovação	Aprovado o parecer. Encaminhado à CCP em 24/07/03.
<b>PL 406/03</b>	Carlos Nader	Dispõe sobre a obrigatoriedade da destruição de mercadorias de origem estrangeira quando apreendida por contrabando ou descaminho.	Abelardo Lupion	Parecer pela aprovação, com substitutivo	Aprovado o parecer com complementação de voto. Encaminhado à CFT em 28/10/03.
<b>PL 434/03</b>	Paes Landim	Dispõe sobre estágio remunerado para treinamento e capacitação profissional em serviço, inclusive pelos órgãos de segurança pública.	Perpétua Almeida	Parecer pela aprovação, com emenda	Aprovado o parecer. Encaminhado à CEC em 12/08/03.
<b>PL 443/03</b>	José Chaves e outros	Dispõe sobre a disponibilização na Internet do mapa da violência.	Pompeo de Mattos	Parecer pela aprovação	Aprovado o parecer. Encaminhado à CCJR em 28/10/03.
<b>PL 514/03</b>	Custódio Mattos	Dispõe sobre normas gerais de direito penitenciário e dá outras providências.	Antonio Carlos Mendes Thame	Parecer pela aprovação, com substitutivo	Rejeitado o parecer, contra o voto do relator (passou a constituir voto em separado).
			Antonio Carlos Biscaia <b>(Relator do parecer vencedor)</b>	Parecer vencedor pela rejeição	Aprovado o parecer vencedor. Encaminhado à CCJR em 03/09/03.

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA E COMBATE AO CRIME ORGANIZADO, VIOLENCIA E NARCOTRÁFICO

<b>PROPOSIÇÃO</b>	<b>AUTOR</b>	<b>EMENTA</b>	<b>RELATOR</b>	<b>PARECER</b>	<b>RESULTADO</b>
<b>PL 527/03</b>	Carlos Nader	Proíbe o transporte de presos condenados ou à disposição da Justiça em transportes coletivos.	Carlos Melles	Parecer com complementação de voto, pela aprovação, com substitutivo	Aprovado o parecer com complementação de voto. Encaminhado à CCJR em 03/09/03.
<b>PDC 632/03</b>	CREDN	Aprova o texto da Convenção Interamericana contra o Terrorismo, assinada em 3 de junho de 2002.	Reginaldo Germano	Parecer pela aprovação	Aprovado o parecer. Encaminhado à CCP em 02/10/03.
<b>PDC 633/03</b>	CREDN	Aprova o texto do Protocolo contra a fabricação e o tráfico ilícito de armas de fogo, suas peças e componentes, munições, complementando a Convenção das Nações Unidas contra o crime Organizado Transnacional, adotado pela Assembléia-Geral, em 31 de maio de 2001, e assinado pelo Brasil, em 11 de julho de 2001.	João Campos	Parecer pela aprovação	Aprovado o parecer. Encaminhado à CCP em 28/10/03.
<b>PL 645/03</b>	Cabo Júlio	Torna obrigatória a instalação de detectores eletrônicos de metais nos pontos de acesso ao interior dos prédios dos Tribunais e Fóruns Federais, em todo o Território Nacional.	Gilberto Nascimento	Parecer pela aprovação	Aprovado o parecer. Encaminhado à CCJR em 03/07/03.
<b>PL 662/03</b>	Antonio Nogueira	Institui o Ano e o Dia Nacional de Combate à Violência Praticada à Pessoa Humana.	Odair	Parecer pela aprovação, com substitutivo	Aprovado o parecer. Encaminhado à CEC em 16/12/03.
<b>PL 691/03</b>	Bispo Wanderval	Acrescenta dispositivos ao Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, ampliando as penas por crimes cometidos com o emprego de conhecimentos operacionais obtidos nas Forças Armadas ou nos órgãos de segurança pública.	Robson Tuma	Parecer pela aprovação	Rejeitado o parecer (passou a contuir voto em separado).
			Antonio Carlos Biscaia <b>(Relator do parecer vencedor)</b>	Parecer vencedor pela rejeição	Aprovado o parecer vencedor. Encaminhado à CCJR em 29/08/03.
<b>PL 700/03</b>	Pompeo de Mattos	Dispõe sobre a obrigatoriedade da instalação de câmeras de filmagem nos shoppings centers e similares.	Wasny de Roure	Parecer pela aprovação, com substitutivo	Aprovado o parecer. Encaminhado à CCJR em 19/08/03.
<b>PL 705-A/99</b>	Enio Bacci	Proíbe a inserção de propaganda de armas de fogo na mídia escrita e televisiva e dá outras providências.	Rubinelli	Parecer pela aprovação, com substitutivo	Aprovado o parecer com complementação de voto. Encaminhado à CCJR em 11/12/03.
<b>PL 726/03</b> <a href="#">PL 1420/03</a>	Fernando de Fabinho	Acrescenta dispositivo à Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, proibindo a prestação de informação falsa a órgãos de segurança por meio de serviço de telecomunicações.	Antonio Carlos Biscaia	Parecer pela aprovação deste e pela rejeição do PL 1.420/03, apensado	Aprovado o parecer. Encaminhado à CCTCI em 04/09/03.

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA E COMBATE AO CRIME ORGANIZADO, VIOLENCIA E NARCOTRÁFICO

<b>PROPOSIÇÃO</b>	<b>AUTOR</b>	<b>EMENTA</b>	<b>RELATOR</b>	<b>PARECER</b>	<b>RESULTADO</b>
<b>PL 831/03 <a href="#">PL 1019/03</a></b>	José Divino	Acrescenta inciso IX no artigo 1º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, que dispõe sobre crimes hediondos e dá outras providências.	Carlos Souza	Parecer pela rejeição deste e do apensado, PL 1019/03	Aprovado o parecer. Encaminhado à CCJR em 30/10/03.
<b>PL 1178/03</b>	Assis Miguel do Couto	Dispõe sobre a criação de Cadastro Nacional de Pessoas Físicas que realizarem viagens ao exterior.	Laura Carneiro	Parecer pela aprovação	Aprovado o parecer. Encaminhado à CCJR em 04/09/03.
<b>PL 1289/03</b>	Alberto Fraga	Institui o seguro de vida para Policiais e Bombeiros Militares, Policiais Civis, Policiais Federais e Policiais Rodoviários Federais.	Cabo Júlio	Parecer pela aprovação	Aprovado o parecer. Encaminhado à CFT em 12/12/03.
<b>PL 1498/99</b>	Alberto Fraga	Estabelece regras gerais para a aquisição de viaturas policiais operacionais.	Paulo Rubem Santiago	Parecer com complementação de voto pela aprovação, com substitutivo	Aprovado o parecer com complementação de voto. Encaminhado à CFT em 08/10/03.
<b>PL 1524/03 <a href="#">PL1473/03</a> <a href="#">PL1474/03</a></b>	Senado Federal	Torna obrigatória a identificação dos servidores dos órgãos de segurança pública do Estado quando participem em operações de controle e manutenção da ordem pública e dá outras providências.	Dimas Ramalho	Parecer pela aprovação deste e dos apensados, com substitutivo	Aprovado o parecer. Encaminhado à CCJR em 24/11/03.
<b>PL 1555/03</b>	Senado Federal	Dispõe sobre registro, posse e comercialização de armas de fogo e munição, sobre o Sistema Nacional de Armas - Sinarm, define crimes e dá outras providências.	Laura Carneiro	Parecer com complementação e reformulação de voto pela aprovação deste, com substitutivo	Aprovado o parecer reformulado com complementação e reformulação de voto, contra os votos dos Deputados Pompeo de Mattos e Arnaldo Faria de Sá. Encaminhado à CCJR em 18/09/03.
<b>PL 1750/03</b>	Carlos Nader	Dispõe sobre a transferência de presos entre os Estados da Federação e o Distrito Federal e dá outras providências.	Alberto Fraga	Parecer com complementação de voto pela prejudicialidade.	Declarada a prejudicialidade. Encaminhado à CCP em 16/12/03.
<b>PL 1820/99</b>	Alberto Fraga	Dispõe sobre promoções de praças, por tempo de serviço, na Polícia Militar do Distrito Federal.	Zulaiê Cobra	Parecer com complementação de voto pela aprovação, com substitutivo, e pela rejeição da emenda ao substitutivo	Aprovado o parecer. Encaminhado à CFT em 25/11/03.

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA E COMBATE AO CRIME ORGANIZADO, VIOLENCIA E NARCOTRÁFICO

<b>PROPOSIÇÃO</b>	<b>AUTOR</b>	<b>EMENTA</b>	<b>RELATOR</b>	<b>PARECER</b>	<b>RESULTADO</b>
<b>PL 1955/03</b>	Orlando Fantazzini	Dispõe sobre a expropriação de glebas onde houver milícias armadas e dá outras providências.	Darci Coelho	Parecer pela rejeição	Aprovado o parecer. Encaminhado à CAPR em 28/10/03.
<b>PL 1982/03</b>	Eduardo Valverde	Regulamenta a assistência judiciária internacional em matéria penal, a ser prestada ou requerida por autoridades brasileiras, nos casos de investigação, instrução processual e julgamento de delitos, nas hipóteses em que especifica, e estabelece mecanismos de prevenção e bloqueio de operações suspeitas de lavagem de dinheiro.	Juíza Denise Frossard	Parecer pela aprovação, com emendas	Aprovado o parecer. Encaminhado à CREDN em 16/12/03.
<b>PL 2017/03</b>	Alberto Fraga	Altera a Lei nº 6.645 de 14 de maio de 1979.	Cabo Júlio	Parecer pela aprovação	Aprovado o parecer. Encaminhado à CTASP em 04/12/03.
<b>PL 2103/99</b>	Gonzaga Patriota	Acrescenta ao caput do art. 7º a expressão “segurança pública”; altera o § 1º e acresce os §§ 6º a 8º ao mesmo artigo da Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986.	Gilberto Nascimento	Parecer pela aprovação, com substitutivo	Aprovado o parecer. Encaminhado à CCJR em 24/11/03.
<b>PL 2143/99</b> <u>PL 1798/99</u> <u>PL 2361/00</u> <u>PL 2690/00</u>	Senado Federal	Dispõe sobre o registro genealógico de cães, a identificação especial de cães perigosos, acrescenta o art. 131-A ao Código Penal, e dá outras providências.	Cabo Júlio	Parecer pela aprovação, com emendas, e pela rejeição dos apensados	Aprovado o parecer. Encaminhado à CCJR em 28/03/03.
<b>PL 2160/03</b>	Coronel Alves	Institui o Programa de Incentivo Profissional Superior para os servidores da área de segurança pública.	Gilberto Nascimento	Parecer pela aprovação	Aprovado o parecer contra os votos dos Dep. Isaías Silvestre, Paulo Rubem Santiago, Antonio Carlos Biscaia e Paulo Baltazar. Voto em Separado - Dep. Antonio Carlos Biscaia. Encaminhado à CTASP em 16/12/03.
<b>PL 2161/03</b>	Coronel Alves	Dispõe sobre financiamento para casa própria aos integrantes dos órgãos de Segurança Pública.	José Carlos Araújo	Parecer pela aprovação	Aprovado o parecer contra os votos dos Dep. Paulo Rubem Santiago, Antonio Carlos Biscaia e Juíza Denise Frossard. Voto em Separado - Dep. Antonio Carlos Biscaia. Encaminhado à CFT em 12/12/03

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA E COMBATE AO CRIME ORGANIZADO, VIOLENCIA E NARCOTRÁFICO

<b>PROPOSIÇÃO</b>	<b>AUTOR</b>	<b>EMENTA</b>	<b>RELATOR</b>	<b>PARECER</b>	<b>RESULTADO</b>
<b>PL 2285/03</b>	Sandes Júnior	Dispõe sobre a organização de brigadas de incêndio voluntárias.	Laura Carneiro	Parecer pela aprovação	Aprovado o parecer. Encaminhado à CDUI em 24/11/03.
<b>PL 2288/03</b>	Alberto Fraga	Altera a Lei nº. 6.302, de 15 de dezembro de 1975.	Nelson Marquezelli	Parecer pela aprovação	Aprovado o parecer. Encaminhado à CTASP em 24/11/03.
<b>PL 2754/00 <u>PL4536/01</u></b>	Alberto Fraga	Dispõe sobre o fornecimento da localização de telefones celulares aos organismos policiais, pelas empresas prestadoras de serviço telefônico.	Coronel Alves	Parecer com complementação de voto pela aprovação deste e do apensado, com substitutivo	Aprovado o parecer, com complementação de voto. Encaminhado à CCTCI em 07/07/03.
<b>PDC 3004/03</b>	CREDN	Aprova o texto do Acordo de Assistência Mútua entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Federação da Rússia para Prevenção, Investigação e Combate a Infrações Aduaneiras, celebrado em Brasília, em 12 de dezembro de 2001.	Fernando Ferro	Parecer pela aprovação	Aprovado o parecer. Encaminhado à CCP em 27/03/03.
<b>PL 3568/00 <u>PL6412/02</u></b>	Alberto Fraga	Reorganiza a carreira dos militares do Distrito Federal.	Cabo Júlio	Parecer pela rejeição deste e pela aprovação do apensado.	Aprovado o parecer. Encaminhado à CTASP em 11/06/03.
<b>PL 3791/00<sup>1</sup> <u>PL3914/00</u></b>	José Carlos Coutinho	Estabelece a obrigatoriedade de atendimento médico ao policial e bombeiro vitimado em acidente decorrente do exercício da função pública e dá outras providências.	Cabo Júlio	Parecer pela aprovação deste, com substitutivo, e pela rejeição dos apensados	Devolvido à CCP em 01/10/03 em virtude de novo despacho.
<b>PL 4676/01</b>	Miriam Reid	Altera o Decreto-Lei nº 667, de 2 de julho de 1969, que “reorganiza as polícias militares e os corpos de bombeiros militares dos Estados, dos Territórios e do Distrito Federal, e dá outras providências”, acrescentando um parágrafo único ao art. 12, disciplinando o acesso dos integrantes do Quadro de Oficiais de Administração e do Quadro de Oficiais Especialistas ao Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais.	Alberto Fraga	Parecer pela aprovação, com emenda	Aprovado o parecer. Encaminhado à CCJR em 28/08/03.
<b>PL 5073-E/01</b>	Poder Executivo	Emendas do Senado Federal ao Projeto de Lei nº 5.073-D, DE 2001 que “altera a Lei nº 7.210, de 11 de junho de 1984 – Lei de Execução Penal e o Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 – Código de Processo Penal e dá outras providências”.	Luiz Antonio Fleury	Parecer às emendas do Senado pela aprovação	Aprovado o parecer. Declaração de Voto - Dep. Antonio Carlos Bisciaia. Encaminhado à CCP em 18/11/03.

<sup>1</sup> Embora não tenha sido propriamente deliberado, este projeto foi aqui incluído pois passou, na Comissão, pelos procedimentos regimentais cabíveis até sua devolução, a pedido.

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA E COMBATE AO CRIME ORGANIZADO, VIOLENCIA E NARCOTRÁFICO

<b>PROPOSIÇÃO</b>	<b>AUTOR</b>	<b>EMENTA</b>	<b>RELATOR</b>	<b>PARECER</b>	<b>RESULTADO</b>
<b>PL 5219/01</b>	Alberto Fraga	Redimensiona o efetivo dos Policiais-Militares da Polícia Militar do Distrito Federal e dá outras providências.	Luiz Antonio Fleury	Parecer pela aprovação	Aprovado o parecer. Encaminhado à CFT em 01/10/03.
<b>PL 5237/01</b>	Carlos Santana	Dispõe sobre o direito de greve dos policiais, vedando-se o emprego de armas durante as manifestações.	Cabo Júlio	Parecer com complementação de voto, pela aprovação, com substitutivo	Aprovado o parecer, com complementação de voto. Declaração de Voto - Dep. Antonio Carlos Biscaya. Encaminhado à CCJR em 28/10/03.
<b>PL 6164-A/02</b>	Cabo Júlio	Dispõe sobre a destinação de produtos, substâncias ou drogas ilícitas apreendidas que causem dependência física ou psíquica.	Perpétua Almeida	Parecer pela aprovação deste e da emenda da CCTCI	Aprovado o parecer. Encaminhado à CCJR em 22/10/03.
<b>PL 6297/02</b>	Pompeo de Mattos	Torna obrigatória a exibição de filme publicitário, esclarecendo as consequências do uso de drogas, antes das sessões principais em todos os cinemas do país.	Neucimar Fraga	Parecer pela aprovação, com substitutivo	Aprovado o parecer. Encaminhado à CCJR em 16/10/03.
<b>PL 6316/02</b>	Alberto Fraga	Dispõe sobre promoções de servidores militares (Polícia Militar e Corpos de Bombeiros Militar do Distrito Federal), oriundos do Antigo Distrito Federal.	Luiz Antonio Fleury	Parecer pela aprovação	Aprovado o parecer. Encaminhado à CFT em 01/10/03.
<b>PL 6410/02</b>	Alberto Fraga	Dispõe sobre a Gratificação de Representação a ser concedida aos Policiais e Bombeiros Militares do Distrito Federal.	Barbosa Neto	Parecer pela aprovação	Aprovado o parecer. Encaminhado à CTASP em 12/08/03.
<b>PL 6411/02</b>	Alberto Fraga	Estabelece a especialização de polícias militares do Distrito Federal no policiamento escolar.	Eliseu Padilha	Parecer pela aprovação	Aprovado o parecer. Encaminhado à CREDN em 12/08/03.
<b>PL 6421/02</b>	Alberto Fraga	Dispõe sobre a proibição aos Municípios que mantêm guarda municipal de contratarem Serviços de Segurança Privada.	Paulo Pimenta	Parecer pela rejeição	Aprovado o parecer. Encaminhado à CCP em 29/08/03.
<b>PL 7014/02</b>	Tadeu Filippelli	Dispõe sobre a profissão de Agente Comunitário de Apoio à Vizinhança.	Reginaldo Germano	Parecer pela rejeição	Aprovado o parecer. Encaminhado à CTASP em 13/06/03.
<b>PL 7143/02</b>	Cabo Júlio	Dispõe sobre critérios para promoção ao posto de Coronel PM das Polícias Militares Estaduais e do Distrito Federal.	Luiz Antonio Fleury	Parecer pela rejeição	Aprovado o parecer. Encaminhado à CCP em 03/10/03.

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA E COMBATE AO CRIME ORGANIZADO, VIOLENCIA E NARCOTRÁFICO

<b>PROPOSIÇÃO</b>	<b>AUTOR</b>	<b>EMENTA</b>	<b>RELATOR</b>	<b>PARECER</b>	<b>RESULTADO</b>
<b>PL 7298/02</b> <a href="#">PL908/03</a> <a href="#">PL2121/03</a>	Cabo Júlio	Dispõe sobre a proibição de regalias no Sistema Penitenciário Brasileiro.	Alberto Fraga	Parecer pela aprovação deste e rejeição dos apensados	Aprovado o parecer. Voto em Separado - Dep. Iriny Lopes. Encaminhado à CCJR em 12/12/03.
<b>PL 7301/02</b>	Cabo Júlio	Dispõe sobre a criação de cadastro de estabelecimentos que comercializam autopeças usadas, recondicionadas ou remanufaturadas.	Vander Loubet	Parecer pela aprovação	Aprovado o parecer. Encaminhado à CFT em 01/10/03.
<b>PL 7302/02</b>	Cabo Júlio	Dispõe sobre seguro obrigatório das viaturas policiais.	Rubinelli	Parecer com complementação de voto pela aprovação, com emenda	Aprovado o parecer, com complementação de voto. Encaminhado à CFT em 08/10/03.
<b>PL 7304/02</b>	Cabo Júlio	Dispõe sobre a obrigatoriedade de fornecimento de colete à prova de balas aos policiais militares e civis dos Estados e do DF.	Alberto Fraga	Parecer com complementação de voto pela aprovação, com emenda	Aprovado o parecer, com complementação de voto. Encaminhado à CFT em 28/10/03.
<b>PL 7305/02</b>	Cabo Júlio	Determina a realização de exames no preso ingressante e fixa outras providências.	João Tota	Parecer pela rejeição	Aprovado o parecer. Encaminhado à CCP em 30/10/03.
<b>PL 7310/02</b>	Cabo Júlio	Dispõe sobre a obrigatoriedade da realização de testes toxicológicos quando da admissão nas corporações policiais.	Gilberto Nascimento	Parecer com complementação de voto, pela aprovação, com substitutivo	Aprovado o parecer, com complementação de voto. Encaminhado à CTASP em 24/11/03.
<b>PL 7311/02</b> <a href="#">PL788/03</a>	Cabo Júlio	Dispõe sobre a obrigatoriedade de presença de detectores de metal e aparelhos de raio-x em todos os estabelecimentos penitenciários do País, e delegacias de polícia.	Lincoln Portela	Parecer pela aprovação deste e do apensado, com substitutivo	Aprovado o parecer. Encaminhado à CFT em 28/11/03.
<b>PL 7491/02</b> <a href="#">PL6651/02</a> <a href="#">PL895/03</a>	Senado Federal	Altera a redação do art. 4º da Lei nº 10.201, de 14 de fevereiro de 2001, que institui o Fundo Nacional de Segurança Pública - FNSP, e dá outras providências.	Alberto Fraga	Parecer pela aprovação deste e pela rejeição dos apensados	Aprovado o parecer. Encaminhado à CCP em 05/06/03.

**Tabela 2 - Quadro das Proposições Pendentes de Apreciação**

<b>PROPOSIÇÃO</b>	<b>AUTOR</b>	<b>EMENTA</b>	<b>RELATOR</b>	<b>PARECER</b>	<b>SITUAÇÃO ATUAL</b>
<b>PL 38/03</b>	Wasny de Roure	Dispõe sobre a paralisação de serviços de telecomunicações da polícia federal, polícia rodoviária federal, polícia ferroviária federal, policiais civis, policiais militares, corpos de bombeiros militares, hospitais públicos e postos de saúde.			Aguardando designação de relator.
<b>PL 179/03</b>	Reginaldo Lopes	Dispõe sobre o exercício da atividade policial, disciplinando o uso da força ou de arma de fogo, e dá outras providências.	João Campos		Aguardando parecer.
<b>PL 394/03</b>	Pompeo de Mattos	Altera a Lei Federal nº 7.210 - Lei de Execuções Penais - LEP, de 11 de julho de 1984 e dá outras providências.	Juíza Denise Frossard		Aguardando parecer.
<b>PL 417/03</b>	Wasny de Roure	Altera o artigo 1º da Lei nº 10.054, de 7 de dezembro de 2000, inserindo o DNA para a identificação criminal.	Arnaldo Faria de Sá		Aguardando parecer.
<b>PL 513/03</b>	Custódio Mattos	Dispõe sobre a gratuidade dos custos da interceptação de comunicações telefônicas, para prova em investigação criminal e em instrução processual penal relacionadas às organizações criminosas e aos crimes tipificados como hediondos, e dá outras providências.	Vicente Arruda	Parecer pela rejeição	Devolvido ao relator, conforme solicitação.
<b>PL 797/03 PL 854/03</b>	Cabo Júlio	Dá nova redação ao art. 288 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal.	Neucimar Fraga		Aguardando parecer.
<b>PL 851/03 PL 868/03</b>	Eduardo Cunha	Determina que a União seja obrigada a construir presídios para custodiar todos os condenados por crime federal.	Iriny Lopes	Parecer pela rejeição deste e do apensado	Voto em Separado - Dep. Ivan Ranzolin. Devolvido à relatora, conforme solicitação.
<b>PL 879/03 PL 1884/03</b>	Eduardo Cunha	Obriga as empresas de ônibus a terem GPS e câmeras de vídeo.	Vieira Reis	Parecer pela aprovação deste e do PL 1884/03, apensado, com substitutivo	Voto em Separado - Dep. Edmar Moreira. Aguardando deliberação.
<b>PL 944/03</b>	Carlos Souza	Acrescenta dispositivo à Lei nº 6.368, de 21 de outubro de 1976, a fim de prevenir o tráfico de substâncias entorpecentes dentro ou nas imediações de escolas de qualquer nível, no Território Nacional.	Mauro Lopes		Aguardando parecer.
<b>PL 1092/03 PL 2193/03</b>	Ronaldo Vasconcellos	Dispõe sobre a perda, em favor do Fundo Nacional de Segurança Pública, dos instrumentos e produtos de crime ou de qualquer bem ou valor que constitua proveito auferido pelo agente com a prática de fato criminoso e das mercadorias apreendidas em razão de infrações que causem danos ao Erário.	Pastor Pedro Ribeiro	Parecer pela aprovação, com emenda	Voto em Separado - Dep. Iriny Lopes. Devolvido ao relator para dar parecer ao apensado.
<b>PL 1217/03</b>	Paes Landim	Institui a detenção correcional preventiva, como medida de natureza sócio-educativa.	Ivan Ranzolin	Parecer pela rejeição	Aguardando deliberação.
<b>PL 1332/03</b>	Arnaldo Faria de Sá	Dispõe sobre as atribuições e competências comuns das Guardas Municipais do Brasil. Regulamenta e disciplina a constituição, atuação e manutenção das Guardas Civis Municipais como Órgãos de Segurança Pública em todo o Território Nacional e dá outras providências.	Sandro Mabel		Aguardando parecer.

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA E COMBATE AO CRIME ORGANIZADO, VIOLENCIA E NARCOTRÁFICO

<b>PROPOSIÇÃO</b>	<b>AUTOR</b>	<b>EMENTA</b>	<b>RELATOR</b>	<b>PARECER</b>	<b>SITUAÇÃO ATUAL</b>
<b>PL 1721/03</b>	Silas Brasileiro	Dispõe sobre a identificação de barreiras policiais.	Nelson Marquezelli	Parecer pela aprovação, com substitutivo	Aguardando parecer às emendas apresentadas ao substitutivo.
<b>PL 1727/03</b>	Coronel Alves	Dispõe sobre a divulgação do telefone da Ouvidoria e Corregedoria através da frota oficial da Segurança Pública da União, dos Estados e do Distrito Federal, e dá outras providências.	Machado		Aguardando parecer.
<b>PL 1902/03</b>	Alberto Fraga	Altera os arts. 67, 70, 78 e 123 do Estatuto dos Bombeiros Militares do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal, de que trata a Lei nº 7479, de 02 de junho de 1986; acrescenta o art. 69-A a este Estatuto e altera o art. 29 da Lei de Promoção dos Oficiais da CBMDF, de que trata a Lei 6.302, de 15 de dezembro de 1975.	Carlos Sampaio		Aguardando parecer.
<b>PL 1903/03</b>	Alberto Fraga	Altera os arts. 24, 66, 69, 77 e 122 do Estatuto dos Policiais Militares da Polícia Militar do DF, de que trata a Lei nº 7.289, de 18 de dezembro de 1984, sobre a licença para acompanhar cônjuge; acrescenta o art. 68-A e altera os arts. 32 e 33 da Lei de Promoção dos Oficiais da PMDF, de que trata a Lei 6.645, de 14 de maio de 1979.	Luiz Antonio Fleury		Aguardando parecer.
<b>PL 2016/03</b>	Alberto Fraga	Dá nova redação à alínea "b" e revoga a alínea "c" do artigo 10 da Lei nº 6.645, de 14 de maio de 1979.	Coronel Alves		Aguardando parecer.
<b>PL 2143/03</b>	Coronel Alves	Institui o Fundo de Auxílio Financeiro à Pessoa Vítima de Crime Praticado com Arma de Fogo.	Moroni Torgan		Aguardando parecer.
<b>PL 2157/03</b>	Coronel Alves	Torna obrigatória a exibição de filme publicitário esclarecendo as consequências do uso de drogas antes das sessões principais, em todos os cinemas do País.	Neucimar Fraga	Parecer pela rejeição	Aguardando deliberação.
<b>PL 2162/03</b>	Coronel Alves	Obriga os proprietários de imóveis residenciais e de veraneio a manter cadastro dos locatários e dá outras providências.	Antonio Carlos Biscaia	Parecer pela rejeição	Aguardando deliberação.
<b>PL 2173/03</b>	Carlos Nader	Eleva alíquotas do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) sobre armas de fogo.	Antonio Carlos Biscaia	Parecer pela aprovação, com substitutivo, e pela rejeição da emenda apresentada ao substitutivo.	Aguardando deliberação.
<b>PL 2266/03</b>	Rogério Silva	Dispõe sobre a proibição de divulgação de informações sobre apreensão de drogas pelas emissoras de rádio e televisão, e empresas jornalísticas.	Vic Pires Franco	Parecer pela rejeição	Aguardando deliberação.
<b>PL 2332/03</b>	Senado Federal	Dispõe sobre a incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados e do Imposto de Importação sobre produtos indutores de violência.	Laura Carneiro		Aguardando parecer.
<b>PL 2447/03</b>	Rogério Silva	Dá nova redação ao art. 103 da Lei de Execução Penal – Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984.	Fernando Ferro		Aguardando parecer.
<b>PL 2459/03</b>	Paulo Pimenta	Acrescenta inciso ao art. 24 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, para permitir a contratação direta na situação que identifica.	Zulaiê Cobra		Aguardando parecer.
<b>PL 2563/03</b>	Senado Federal	Altera a Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 (Lei de Execução Penal), para estabelecer as atribuições do serviço de inteligência penitenciária.			Aguardando designação de relator.

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA E COMBATE AO CRIME ORGANIZADO, VIOLENCIA E NARCOTRÁFICO

<b>PROPOSIÇÃO</b>	<b>AUTOR</b>	<b>EMENTA</b>	<b>RELATOR</b>	<b>PARECER</b>	<b>SITUAÇÃO ATUAL</b>
<b>PL 2580/03</b> <a href="#">PL3362/00</a> <a href="#">PL3700/00</a> <a href="#">PL5035/01</a> <a href="#">PL5036/01</a> <a href="#">PL5037/01</a> <a href="#">PL6923/02</a> <a href="#">PL852/03</a> <a href="#">PL904/03</a>	Carlos Nader	Adicionam-se dispositivos à Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984.			Aguardando designação de relator.
<b>PL 2662/03</b>	Pompeo de Mattos	Dispõe sobre prazos para registro de armas de fogo irregulares e dá outras providências.			Aguardando designação de relator.
<b>PL 2847/00</b> <a href="#">PL3362/00</a> <a href="#">PL3700/00</a> <a href="#">PL5035/01</a> <a href="#">PL5036/01</a> <a href="#">PL5037/01</a> <a href="#">PL6923/02</a> <a href="#">PL852/03</a> <a href="#">PL904/03</a>	Darcísio Perondi	Altera o parágrafo único do art. 2º, os §§ 3º e 5º do art. 121, o inciso I do art. 122 e acrescenta o § 2º ao art. 123, da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente.	Ronaldo Caiado		Aguardando parecer.
<b>PL 3078/00</b> <a href="#">PL6079/02</a>	Jorge Costa	Dispõe sobre a coleta de amostras de materiais orgânicos para identificação individual pelo isolamento do DNA, sem ofender ou violar dispositivos insertos no artigo 5º da Constituição Federal, disciplina procedimentos para a realização de testes de DNA e dá outras providências.	Ronaldo Caiado		Aguardando parecer.
<b>PL 3681-A/00</b>	Alberto Fraga	Dá nova redação ao § 2º e revoga o § 3º do art. 50 da Lei nº 7.289, de 18 de dezembro de 1984, alterada pela Lei nº 7.475, de 13 de maio de 1986 – Estatuto dos Policiais Militares da Polícia Militar do Distrito Federal.	Ronaldo Caiado		Aguardando parecer.
<b>PL 4004/01</b>	Lincoln Portela	Proíbe a divulgação prévia de informações referentes a operações policiais e dá outras providências.	Celso Russomanno		Aguardando parecer.
<b>PL 5570/01</b> <a href="#">PL5897/01</a> <a href="#">PL5968/01</a>	Paulo Lima	Dispõe sobre a obrigatoriedade de instalação de detectores de metais em casas de diversões.	Vicente Cascione	Parecer do relator pela rejeição do PL 5570/01 e do PL 5897/01, apensado; e pela aprovação do PL 5968/01	Aguardando deliberação.
<b>PL 5727/01</b>	Mário Assad Júnior	Altera a redação da Lei nº 10.201/2001, acrescentando às fontes já previstas para o FNSP os recursos financeiros apreendidos de operações ilegais ou criminosas.	Cabo Júlio		Aguardando parecer.
<b>PL 6383/02</b>	Laura Carneiro	Dispõe sobre os crimes contra a pessoa, contra o patrimônio, contra os costumes, e dá outras providências.	Pompeo de Mattos		Aguardando parecer.
<b>PL 6413/02</b>	Alberto Fraga	Determina que as lotéricas e agências dos Correios sejam atendidas por serviços de transportes de valores.	Arnaldo Faria de Sá		Aguardando parecer.
<b>PL 7306/02</b>	Cabo Júlio	Dispõe sobre a obrigatoriedade de instalação de sistema de blindagem nas viaturas das Polícias Civil e Militar dos Estados e do Distrito Federal e dá outras providências.	João Campos		Aguardando parecer.
<b>PL 7307/02</b>	Cabo Júlio	Dispõe sobre o monitoramento e identificação de visitantes a sentenciados e presos provisórios, nas unidades prisionais e cadeias públicas.	Marcelo Ortiz		Aguardando parecer.
<b>PL 7308/02</b>	Cabo Júlio	Dispõe sobre o bloqueio de bens de familiares de pessoas seqüestradas.			Aguardando designação de relator.

**Tabela 3 - Quadro de Requerimentos**

<b>Req Nº</b>	<b>Autor</b>	<b>Ementa</b>	<b>Resultado</b>	<b>Doc. Gerado/Obs</b>
1	CARLOS SOUZA	Requer seja apreciada Moção de Repúdio à demonstração de força imposta pelos traficantes que aterrorizam a cidade do Rio de Janeiro.	12/03/03 Retirado de Pauta, a pedido do Autor	
2	CABO JÚLIO	Requer a realização de Audiência Pública, para se discutir a violência nas escolas públicas de Minas Gerais, ocasionadas, principalmente pelo tráfico de drogas.	12/03/03 Aprovado	
3	MORONI TORGAN	Requer informações ao Ministro da Justiça sobre: os dados estatísticos da violência no País nos últimos dez anos; o valor do Fundo de Segurança Pública destinado a cada Estado, nos últimos dez anos, discriminando-se os gastos; quais comissões mistas de combate ao crime organizado ou na área de segurança pública o Brasil participa e quem são os demais integrantes.	12/03/03 Aprovado, com a seguinte alteração: - Inclusão de solicitação de informação sobre os valores previstos e executados no orçamento do Ministério da Justiça, desde a criação do Fundo Nacional de Segurança Pública.	- Ofício nº 55/03-Pres. expedido em 14/03/03.
4	MORONI TORGAN	Requer informações ao Departamento de Polícia Federal sobre: as vinte principais organizações criminosas que agem no Brasil vinculadas ao narcotráfico e ao crime organizado da lavagem de dinheiro; quem compõe essas organizações criminosas e qual o <i>modus operandi</i> ; quais as principais necessidades da Polícia Federal.	12/03/03 Aprovado	- Ofícios nºs 56 e 57/03-Pres. expedidos em 14/03/03.
5	MORONI TORGAN	Requer informações às Secretarias de Segurança Pública dos Estados sobre: os números de homicídios, furtos de veículo, seqüestros e raptos, assaltos a bancos, empresas e pessoas nos últimos dez anos, discriminados ano a ano; quantificação e qualificação dos investimentos em Segurança Pública nos últimos dez anos.	12/03/03 Aprovado, com as seguintes alterações: - Inclusão das Secretarias Estaduais de Justiça e dos Ministérios Públicos Estaduais no pedido de informações; - Substituição dos termos "assaltos a bancos" por "roubos a bancos"; - Inserção de "inclusive quanto ao percentual do orçamento estadual" após a palavra "quantificação", contida no segundo item do requerimento.	- Ofícios nºs 04 a 30/03-Pres. expedidos em 13/03/03. - Ofícios nºs 59 a 102/03-Pres. expedidos em 18/03/03.
6	MORONI TORGAN	Requer informações às Embaixadas da Colômbia, Venezuela, Paraguai, Bolívia, Uruguai, Argentina, Equador, Estados Unidos da América, Canadá, Nigéria, África do Sul, México, Alemanha, Holanda, França, Itália, Espanha, Portugal, Rússia e Japão sobre: os programas de combate à violência, ao narcotráfico e ao crime organizado implementados nestes países; quais as organizações criminosas que atuam nestes países e no Brasil concomitantemente.	12/03/03 Aprovado, com as seguintes alterações: - Inclusão da Embaixada do Peru; - Inclusão de informações sobre os programas de prevenção ao narcotráfico e ao uso indevido de drogas.	- Ofícios nºs 34 a 54/03-Pres. expedidos em 13/03/03. - Ofício nº 58/03-Pres. expedido em 18/03/03.
7	LAURA CARNEIRO	Requer a criação da Subcomissão Permanente de Combate à Violência Doméstica.	12/03/03 Aprovado, com a seguinte alteração: - Substituição do termo "Subcomissão Permanente" para "Grupo de Trabalho".	Ver tabela de Grupos de Diligência.
8	LAURA CARNEIRO	Solicita a confecção de cartaz para divulgar a Lei 10.455/02, que "Combate a Violência Doméstica".		
9	LAURA CARNEIRO	Solicita a confecção de cartilhas para divulgar a Lei 10.455/02 e os procedimentos necessários à sua aplicação no combate à Violência Doméstica.		

**COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA E COMBATE AO CRIME ORGANIZADO, VIOLENCIA E NARCOTRÁFICO**

<b>Req Nº</b>	<b>Autor</b>	<b>Ementa</b>	<b>Resultado</b>	<b>Doc. Gerado/Obs</b>
10	JOÃO CAMPOS	Solicita seja convocado o Sr. Ministro da Justiça a fim de prestar esclarecimentos sobre quais as providências tomadas pelo governo federal em colaboração ao governo do Rio de Janeiro, quanto a questão do combate à violência naquele estado	Não deliberado	
11	ANTONIO CARLOS MENDES THAME	Requer a convocação do Ministro de Estado da Defesa para prestar esclarecimentos sobre a atuação das Forças Armadas na Segurança Pública.	Não deliberado	
12	POMPEO DE MATTOS	Requer a convocação do Ministro de Estado da Justiça para prestar esclarecimentos sobre o Plano Nacional de Segurança Pública.	Não deliberado	
13	JOÃO CAMPOS	Requer a convocação do Ministro de Estado das Relações Exteriores para prestar esclarecimentos sobre acordos internacionais relacionados ao combate ao crime organizado e ao narcotráfico.	Não deliberado	
14	MARCELO ORTIZ	Requer a realização de Audiência Pública, para se discutir a Violência Urbana da Cidade de Lorena e Região, no Estado de São Paulo, ocasionada por drogas e contrabando de animais da fauna silvestre brasileira.	20/03/03 Aprovado	
15	CARLOS SOUZA	Requer seja encaminhada solicitação ao Excelentíssimo Senhor Governador Doutor Geraldo Alckmin para que mantenha no Estado de São Paulo, preso e sem regalias, o traficante Fernandinho Beira-Mar.	20/03/03 Rejeitado	
16	BARBOSA NETO	Requer a constituição de Delegação Especial, a fim de acompanhar os trabalhos de transferência, para presídio federal de segurança máxima, de narcotraficantes detidos, no Estado de Goiás, pela Operação Diamante, naquele Estado.	20/03/03 Retirado de Pauta	
17	ALBERTO FRAGA	Requer a realização de Audiência Pública, para se discutir a participação e a influência da Secretaria Nacional de Segurança Pública na implementação do Plano Nacional de Segurança Pública.	20/03/03 Aprovado	
18	ALBERTO FRAGA	Requer a realização de Audiência Pública, para se discutir a participação e a influência da Agência Brasileira de Inteligência na formulação de políticas públicas no campo da segurança pública.	20/03/03 Aprovado	
19	POMPEO DE MATTOS	Requer a criação de Subcomissão para acompanhar as ações do narcotráfico e crime organizado, na região denominada Tríplice Fronteira.	20/03/03 Retirado de Pauta	
20	POMPEO DE MATTOS	Requer a criação de Subcomissão para acompanhar as investigações sobre a morte do juiz de Execuções Criminais, Antonio José Machado Dias.	20/03/03 Retirado de Pauta	
21	POMPEO DE MATTOS	Requer a criação de Subcomissão para acompanhar as ações do narcotráfico no Sul do Brasil.	20/03/03 Retirado de Pauta	
22	LAURA CARNEIRO	Requer a instituição de Comissão de Diligência Externa para acompanhamento e investigação do homicídio do Excelentíssimo Senhor Juiz de Execuções Criminais dos presídios de Presidente Prudente, Estado de São Paulo Dr. Antonio José Machado Dias.	25/03/03 Aprovado	Ver tabela de Grupos de Diligência.

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA E COMBATE AO CRIME ORGANIZADO, VIOLENCIA E NARCOTRÁFICO

<b>Req Nº</b>	<b>Autor</b>	<b>Ementa</b>	<b>Resultado</b>	<b>Doc. Gerado/Obs</b>
23	PERPÉTUA ALMEIDA	Solicita que sejam convidados o Sr. José Viegas Filho, Ministro de Estado da Defesa, o Sr. Márcio Thomaz Bastos, Ministro de Estado da Justiça e o Sr. Celso Luiz Nunes Amorim, Ministro de Estado das Relações Exteriores, para prestarem esclarecimentos sobre as ações do Governo Federal relativas à atuação de narcotraficantes nas fronteiras brasileiras, a ser realizada em Audiência Pública Conjunta com a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.	20/03/03 Retirado de Pauta	
24	ANTONIO CARLOS MENDES THAME	Requer a realização de Audiência Pública para acompanhar as investigações relacionadas com o homicídio do Senhor Juiz de Execuções Criminais dos Presídios da Região de Presidente Prudente(SP), Dr. Antonio José Machado Dias.	25/03/03 Aprovado, com a seguinte alteração: - Inclusão do caso do Juiz de Execução Criminal assassinado no Estado do Espírito Santo.	
25	NEUCIMAR FRAGA	Requer a criação de Grupo de Trabalho para acompanhar trabalho do Grupo de Repressão ao Crime Organizado do Ministério Público Estadual e da missão especial da Polícia Federal no Estado do Espírito Santo e as investigações do assassinato do Juiz Alexandre Martins de Castro Filho.	25/03/03 Aprovado	Ver tabela de Grupos de Diligência.
26	NEUCIMAR FRAGA	Requer a criação de Grupo de Trabalho para discussão e acompanhamento permanente das questões relativas ao tráfico de órgãos humanos.	26/03/03 Aprovado	Ver tabela de Grupos de Diligência.
27	ARNALDO FARIA DE SÁ	Requer a realização de reunião conjunta das Comissões de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, e de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado, Violência e Narcotráfico para ouvir o Secretário Nacional Antidrogas	26/03/03 Aprovado	Reunião realizada em 02/04/03.
28	CORONEL ALVES	Requer à organização do II Congresso Internacional de Prevenção Criminal, Segurança Pública e Administração da Justiça, que se realiza em Fortaleza, de 25 a 27 de Março o envio à Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado, Violência e Narcotráfico o resultado dos estudos ali realizados para servirem de subsídio a esta Comissão.	Deferido pelo Presidente	- Ofício nº 024/03-Secr. Expedido em 02/04/03.
29	CARLOS SAMPAIO	Solicita encontro nacional com os Secretários de Segurança Pública estaduais para discutir os Projetos de Lei da Comissão Mista de Segurança Pública	02/04/03 Aprovado	
30	PERPÉTUA ALMEIDA	Solicita realização de diligências com finalidade de averiguar,in loco, as denúncias sobre tráfico de drogas e exploração ilegal de mogno nas terras da tribo dos índios Ashaninkas (Kampas), das terras dos índios Arara do Rio Amônea, e na área sul do Parque Nacional da Serra do Moa, no município Marechal Thaumaturgo Acre, realizada por Madeireiros Peruanos.	01/04/03 Aprovado, com a seguinte alteração: - Substituição da expressão "Serra do Moa" por "Serra do Divisor".	Ver tabela de Grupos de Diligência.
31	IVAN RANZOLIN	Requer a convocação de Audiência Pública para discutir o Programa Educacional de Prevenção às Drogas e a Violência – PROERD.	09/04/03 Aprovado	
32	ANTONIO CARLOS BISCAIA	Requer a constituição de Grupo de Diligência com a finalidade de acompanhar as investigações de fatos delituosos ocorridos no Estado do Rio de Janeiro, envolvendo fiscais de renda do Estado e auditores da Receita Federal.	09/04/03 Aprovado, com a seguinte alteração: - Acréscimo da expressão "sem ônus para a Câmara"	Ver tabela de Grupos de Diligência.
33	JUÍZA DENISE FROSSARD	Solicita seja convidado o Sr Governador do Estado do Espírito Santo, o economista Paulo Hartung, para apresentar à Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado as ações que, no âmbito de sua competência, vem desenvolvendo no enfretamento ao crime.	09/04/03 Aprovado	

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA E COMBATE AO CRIME ORGANIZADO, VIOLENCIA E NARCOTRÁFICO

<b>Req Nº</b>	<b>Autor</b>	<b>Ementa</b>	<b>Resultado</b>	<b>Doc. Gerado/Obs</b>
34	JUÍZA DENISE FROSSARD	Solicita seja constituído Grupo de Trabalho no âmbito da Comissão de Segurança Pública e de Combate ao Crime Organizado, com a finalidade de examinar as proposições de atualização e reforma na Lei de Execuções Penais que tramitam na Câmara dos Deputados. Solicita também a presença do senhor Deputado Federal do PPB de Minas Gerais, compondo o Grupo de Trabalho que propõe.	09/04/03 Aprovado, com a seguinte alteração: - Inclusão da constituição de Grupo de Trabalho conjunto com CCJR.	Ver tabela de Grupos de Diligência.
35	LAURA CARNEIRO	Requeremos a Vossa Excelência, nos termos do Regimento Interno, a instituição de Comissão de Diligência Externa da Comissão de Segurança Pública, e Combate ao Crime Organizado, Violência e Narcotráfico em conjunto com a Comissão de Constituição, Justiça e de Redação para acompanhamento e investigação do homicídio do Excelentíssimo Senhor Deputado Estadual do Estado de Sergipe Joaldo Barbosa, assassinado com seis tiros na porta de sua casa.	09/04/03 Aprovado	Ver tabela de Grupos de Diligência.
36	REGINALDO GERMANO	Requeiro, nos termos do artigo 32, XVIII, "E", do Regimento Interno, a designação de membros desse Órgão Técnico para acompanhar a investigação em torno do crime organizado no Estado do Rio de Janeiro, especialmente a que apura o assassinato do Deputado Valdeci Paiva.	09/04/03 Aprovado, com as seguintes alterações: - Inclusão de solicitação de depoimentos; substituição da expressão "investigação em torno do crime organizado no Estado do RJ, especialmente a que apura o assassinato do Dep. Valdeci Paiva" por "investigação que apura o assassinato do Dep. Valdeci Paiva".	- Ofícios nºs 669, 674 e 675/03-Pres. expedidos em 13/06/03; - Ofício nº 677/03-Pres. expedido em 18/06/03 - Ofício nº 706/03-Pres. expedido em 09/07/03.
37	LAURA CARNEIRO	Solicita realização de diligências, audiências públicas e reuniões com autoridades do Rio de Janeiro sobre a atuação do crime organizado, especialmente narcotráfico e contrabando de armas.	09/04/03 Aprovado	
38	JOÃO CAMPOS	Solicita que seja convidado o Sr Ministro da Justiça a fim de prestar esclarecimentos sobre o Plano de Segurança Pública do Governo Luís Inácio Lula da Silva.	09/04/03 Retirado de Pauta, a pedido do Autor	
39	PAULO PIMENTA	Solicito o convite à professora Renata Almeida da Costa, para fazer uma exposição do trabalho desenvolvido por ela de análise das insuficiências da Legislação Brasileira no Combate ao Crime Organizado	09/04/03 Aprovado	- Reunião realizada em 24/04/03.
40	JUÍZA DENISE FROSSARD	Solicita que seja convidado o Sr. Anthony Matheus Garotinho, ex-governador do Estado do Rio de Janeiro, para apresentar à Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado os esclarecimentos que publicamente tem postulado fazer à opinião pública, o caso dos depósitos havidos em contas na Suíça em nome de fiscais que ocuparam funções relevantes em seu governo e informações sobre casos de corrupção nas forças policiais do Estado do Rio de Janeiro no período de sua gestão.	15/04/03 Rejeitado, contra os votos dos Deputados Antonio Carlos Bascaia, Iriny Lopes, Juíza Denise Frossard, Rubinelli e Vícente Arruda.	
41	ODAIR	Solicita diligência para acompanhar audiência pública da Comissão de Direitos Humanos da Assembléia Legislativa de Minas Gerais nos Municípios de São Gonçalo do Sapucaí e de Três Corações.	09/04/03 Aprovado, com a seguinte alteração: - Substituição da palavra "diligência" pela expressão "seja enviado representante desta Comissão"	Participou do evento como representante da Comissão o Deputado Odair em 11/04/03.

**COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA E COMBATE AO CRIME ORGANIZADO, VIOLENCIA E NARCOTRÁFICO**

<b>Req Nº</b>	<b>Autor</b>	<b>Ementa</b>	<b>Resultado</b>	<b>Doc. Gerado/Obs</b>
42	FERNANDO FERRO	Solicita nos termos regimentais a realização de sessão de debates para esclarecer os fatos, as providências e medidas que o governo brasileiro vem adotando em relação ao combate à violência dos grupos de extermínio na fronteira dos Estados de PE e PB e apurar denúncias de ação de grupos de extermínio que vem contratando a execução de deputados federais e estaduais do Estado da Paraíba e do Vereador Manoel Mattos de Itambé, Pernambuco.	23/04/03 Aprovado, com a seguinte alteração: - Sugestão de que seja feito pedido de informações aos órgãos competentes.	- Ofício nº 154/03-Pres. expedido em 29/04/03.
43	ASSIS MIGUEL DO COUTO E ANTONIO CARLOS BISCAIA	Requer envio de expediente ao Ministério da Justiça e ao Governo do Paraná, solicitando garantias de vida ao Juiz de Direito da Comarca de Capanema, PR.	15/04/03 Aprovado	- Ofícios nºs 144 e 145/03-Pres. expedidos em 16/04/03. - Ofício nº 151/03-Pres. expedido em 24/04/03.
44	PERPÉTUA ALMEIDA	Solicita à CSPCCOVN que encaminhe requerimento de informações ao Sr. Ministro da Justiça a respeito das delegacias, postos e efetivos da Polícia Federal nas fronteiras brasileiras.	23/04/03 Aprovado	- Ofício nº 155/03-Pres. expedido em 29/04/03.
45	WASNÝ DE ROURE	Requer a criação de Subcomissão Especial para investigar a estrutura de organizações criminosas envolvidas com tráfico de drogas no Distrito Federal e suas ramificações.	23/04/03 Aprovado, com a seguinte alteração: - Substituição da expressão "Subcomissão Especial" por "Grupo de Diligência".	Ver tabela de Grupos de Diligência.
46	PAULO BALTAZAR	Requer seja solicitado ao Governo do Estado do Rio de Janeiro informações sobre os índices de violência naquele Estado nos últimos três anos.	23/04/03 Aprovado	- Ofício nº 153/03-Pres. expedido em 29/04/03.
47	PAULO BALTAZAR	Requer seja solicitada ao Ministério da Justiça a implantação da delegacia da Polícia Federal no município de Volta Redonda para atender toda a região sul-fluminense.	23/04/03 Aprovado, com a seguinte alteração: - Solicitar apoio da CSPCCOVN à indicação a ser apresentada pelo Autor.	- Ofício nº 156/03-Pres. expedido em 29/04/03.
48	ALBERTO FRAGA	Solicita o encaminhamento de indicação ao Poder Executivo (Ministério da Defesa), sugerindo autorizar a aquisição de pistolas .40 para uso próprio dos policiais civis e militares das polícias dos Estados e do Distrito Federal.	23/04/03 Aprovado	- Ofício nº 157/03-Pres. expedido em 29/04/03. - Ofício nº 654/03-Pres. expedido em 11/06/03.
49	PERPÉTUA ALMEIDA	Solicita que sejam convidados o Sr. Fernando Melo, Secretário de Segurança do Estado do Acre, e o Sr. Rodney Rocha Miranda, Secretário de Segurança do Estado do Espírito Santo, para comparecer a este órgão técnico, em audiência pública a ser agendada, tendo como temática as Políticas de Segurança Pública desenvolvidas pelos respectivos estados para enfrentar o Crime Organizado, suas experiências e seus resultados.	23/04/03 Aprovado	
50	PERPÉTUA ALMEIDA E VANESSA GRAZZIO-TIN	Requer a realização de audiência pública na cidade de Manaus, em conjunto com a Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados, em parceria com a Comissão dos Direitos Humanos da Assembléia Legislativa do Amazonas, para debaterem acerca das investigações sobre o assassinato do presidente do Sindicato de Vigilantes do Amazonas, Walmir de Souza Oliveira.	23/04/03 Aprovado	Reunião realizada pela CDH.

**COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA E COMBATE AO CRIME ORGANIZADO, VIOLENCIA E NARCOTRÁFICO**

<b>Req Nº</b>	<b>Autor</b>	<b>Ementa</b>	<b>Resultado</b>	<b>Doc. Gerado/Obs</b>
51	FRANCISCA TRINDADE E PERPÉTUA ALMEIDA	Solicita a realização de um Seminário abordando o Tema "Violência Urbana e Segurança Pública" pelas Comissões de Desenvolvimento Urbano e de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado, dentro da programação da Semana da Segurança Pública.	29/04/03 Aprovado	Seminário realizado nos dias 27 e 28/05/03.
52	CARLOS SOUZA	Requer apoio do Plenário desta Comissão ao encaminhamento de Indicação ao Ministro da Justiça, para que sejam intensificadas as políticas de combate aos crimes de pistolagem, na cidade de Manaus, Estado do Amazonas."	29/04/03 Aprovado	- Ofício nº 158/03-Pres. expedido em 29/04/03.
53	PASTOR PEDRO RIBEIRO	Solicita a convocação de autoridades para serem ouvidas em Reunião de Audiência Pública, com o objetivo de prestarem esclarecimentos sobre o crime organizado no Sul do Estado do Pará.	29/04/03 Aprovado, com a seguinte alteração: - Substituição do termo "convocação" por "convite".	
54	PAULO RUBEM SANTIAGO	Solicita que sejam convidados os Srs. Procuradores da República JOÃO FRANCISCO BEZERRA DE CARVALHO, JOÃO VICENTE BERALDO ROMÃO E VLADIMIR BARROS ARAS a fim de prestarem esclarecimentos acerca da lavagem de dinheiro via contas CC-5.	29/04/03 Aprovado	
55	DIMAS RAMALHO	Requer seja encaminhado à Polícia Federal cópia da denúncia do Promotor de Justiça de São Paulo, Dr. Fábio José Mattoso Miskulin.	07/05/03 Aprovado, com a seguinte alteração: - Transformação do requerimento em indicação, para sugerir à Polícia Federal a continuidade das investigações referentes à denúncia do Promotor.	- Ofício nº 485/03-Pres. expedido em 14/05/03..
56	NEUCIMAR FRAGA	Requer informações ao Departamento de Polícia Federal sobre tráfico de órgãos humanos.	07/05/03 Aprovado	- Ofício nº 491/03-Pres. expedido em 14/05/03.
57	NEUCIMAR FRAGA	Requer informações ao Ministério da Saúde sobre tráfico de órgãos humanos.	07/05/03 Aprovado	- Ofício nº 482/03-Pres. expedido em 14/05/03.
58	NEUCIMAR FRAGA	Requer informações aos Ministérios Públicos de cada Estado sobre tráfico de órgãos humanos.	07/05/03 Aprovado	- Ofícios nºs 495 a 521/03-Pres. expedidos em 14/05/03.
59	NEUCIMAR FRAGA	Requer informações ao Hospital Pedro Sanches da cidade de Poços de Caldas-MG sobre tráfico de órgãos humanos.	07/05/03 Aprovado	- Ofício nº 492/03-Pres. expedido em 14/05/03.
60	NEUCIMAR FRAGA	Requer informações à Polícia Civil da cidade de Franco da Rocha-SP sobre tráfico de órgãos humanos.	07/05/03 Aprovado	- Ofício nº 493/03-Pres. expedido em 14/05/03.
61	NEUCIMAR FRAGA	Requer informações ao Ministério da Justiça – Departamento de Polícia Federal – Superintendência Regional em Minas Gerais sobre o IPL 39/2001.	07/05/03 Aprovado	- Ofício nº 483/03-Pres. expedido em 14/05/03.
62	NEUCIMAR FRAGA	Requer informações a 2ª Vara Cível da cidade de Poços de Caldas-MG sobre o Processo nº 518.01.11329-9.	07/05/03 Aprovado	- Ofício nº 494/03-Pres. expedido em 14/05/03.

**COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA E COMBATE AO CRIME ORGANIZADO, VIOLENCIA E NARCOTRÁFICO**

<b>Req Nº</b>	<b>Autor</b>	<b>Ementa</b>	<b>Resultado</b>	<b>Doc. Gerado/Obs</b>
63	CABO JÚLIO	Requeiro, nos termos regimentais, que a Subcomissão de Roubos e Cargas, investigue roubo de cargas entre Minas Gerais, São Paulo e Mato Grosso.	07/05/03 Aprovado, com a seguinte alteração: - Transformado em pedido de informações à Polícia Rodoviária Federal do Estado do Rio de Janeiro, à Secretaria de Estado da Defesa Social de Minas Gerais e à Secretaria de Justiça e Segurança Pública do Mato Grosso, sobre a denúncia de tentativa de extorsão feita, a princípio, por um policial rodoviário federal do Rio de Janeiro, contra os proprietários de um caminhão, contendo carga, que teria sido roubado.	- Ofícios nºs 486, 487 e 488/03-Pres. expedidos em 09/05/03.
64	EDSON DUARTE E CORONEL ALVES	Solicita que sejam convidados representantes do Ministério da Justiça, Rede Nacional de Direitos Humanos, Estudiosos do negócio de armas, além de representantes de ONGs que lidam com o tema, para debater o comércio e porte de armas no Brasil.	21/05/03 Aprovado	
65	CARLOS SOUZA	Requer apoio do Plenário desta Comissão na realização de perícia técnica para verificação da autenticidade da gravação anexa, onde há indícios do envolvimento de magistrados do Estado do Amazonas no crime de pistolagem.	21/05/03 Retirado de Pauta pelo Autor	
66	NEUCIMAR FRAGA	Requer a convocação do Sr. Fernando Destito Francisquine, ex-subsecretário de Segurança Pública do Espírito Santo.	21/05/03 Aprovado	
67	CARLOS MELLES	Solicita realização de Audiência Pública – Dr. Lúcio Urbano – Secretário de Segurança Pública de Minas Gerais.	21/05/03 Aprovado	
68	IRINY LOPES	Solicita sejam convidados os senhores Alexandre Espinoza Bravo Barbosa, Chefe da Procuradoria da República no ES, José Maria Rodrigues de Oliveira Filho, Procurador-Geral de Justiça do Espírito Santo e Rodney da Rocha Miranda, Secretário Estadual de Segurança Pública, José Roberto Santoro, (Subprocurador da República) Coord. do Gabinete Institucional Integrado de Segurança Pública/ES, com o objetivo de debater a situação de segurança pública no estado do ES.	21/05/03 Aprovado, com a seguinte alteração: - Acrescentar como convidado o Sr. Carlos Eduardo Lemos, Juiz da Vara de Execuções Penais – ES.	
69	NEUCIMAR FRAGA	Requer informações ao Hospital Santa Casa de Misericórdia localizado na cidade de Poços de Caldas – MG.	28/05/03 Aprovado	- Ofício nº 558/03-Pres. expedido em 02/06/03.
70	VIEIRA REIS	Solicita seja convidado o Sr. Anthony Garotinho, Secretário de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro, para audiência pública.	04/06/03 Aprovado	
71	JOÃO CAMPOS	Solicita que seja encaminhado expediente aos Srs. Secretários de Segurança Pública dos seguintes Estados: RJ, PR, MS, MT, SP, para prestar informações sobre tráfico de armas e munições.	28/05/03 Aprovado	- Ofícios nºs 562 a 566/03-Pres. expedidos em 03/06/03.
72	JOÃO CAMPOS	Solicita que seja encaminhado expediente ao Sr. Diretor- Geral da Polícia Civil do Estado de Goiás, para prestar informações sobre tráfico de armas e munições.	28/05/03 Aprovado	- Ofício nº 561/03-Pres. expedido em 03/06/03.

**COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA E COMBATE AO CRIME ORGANIZADO, VIOLENCIA E NARCOTRÁFICO**

<b>Req Nº</b>	<b>Autor</b>	<b>Ementa</b>	<b>Resultado</b>	<b>Doc. Gerado/Obs</b>
73	JOÃO CAMPOS	Solicita que seja encaminhado expediente ao Sr. Ministro da Justiça, para prestar informação sobre tráfico de armas no Brasil.	28/05/03 Aprovado	- Ofício nº 556/03-Pres. expedido em 02/06/03. - Ofício nº 560/03-Pres., ao Dir. Geral da PF, expedido em 03/06/03.
74	JOÃO CAMPOS	Solicita que seja encaminhado expediente ao Sr. Ministro da Defesa, para prestar informações sobre tráfico de armas privativos das Forças Armadas.	28/05/03 Aprovado	- Ofício nº 557/03-Pres. expedido em 02/06/03.
75	JOÃO CAMPOS	Solicita que seja encaminhado expediente ao Sr. Ministro-Chefe do Gabinete de Segurança Institucional, para prestar informação sobre tráfico de armas no Brasil.	28/05/03 Aprovado	- Ofício nº 555/03-Pres. expedido em 02/06/03. - Ofício nº 559/03-Pres. expedido à ABIN em 03/06/03.
76	ODAIR	Solicita informações a todos os Senhores Superintendentes da Polícia Rodoviária Federal nos Estados da Federação e Distrito Federal sobre a incidência de roubo de cargas no referido Estado.	28/05/03 Aprovado	- Ofícios nºs 627 a 653/03-Pres. expedidos em 30/05/03.
77	ODAIR	Solicita informações a todos os Senhores Secretários de Segurança Pública de todos os Estados da Federação e Distrito Federal sobre a incidência de roubo de cargas no referido Estado.	28/05/03 Aprovado	- Ofícios nºs 572 a 599/03-Pres. expedidos em 30/05/03.
78	ODAIR	Solicita informações a todos os Senhores Comandantes- Gerais da Polícia Militar dos Estados da Federação e Distrito Federal sobre a incidência de roubo de cargas no referido Estado.	28/05/03 Aprovado	- Ofícios nºs 600 a 626/03-Pres. expedidos em 30/05/03.
79	ANTONIO CARLOS BISCAIA	Requer seja convidado o Sr. José Francisco Castilho Neto, delegado da Polícia Federal, para, em audiência pública desta Comissão, prestar esclarecimentos sobre denúncias, por ele sustentadas, acerca do envolvimento de empresários e políticos brasileiros pelos crimes de lavagem de dinheiro, evasão fiscal e improbidade administrativa.	04/06/03 Aprovado	- Reunião realizada em 12/06/03.
80	NEUCIMAR FRAGA	Requer informações a Polícia Federal de Varginha – MG, sobre tráfico de órgãos humanos	04/06/03 Aprovado	- Ofício nº 570/03-Pres. expedido em 10/06/03.
81	CARLOS SOUZA	Requer que sejam enviadas congratulações à Polícia Federal, na pessoa do Superintendente no Estado do Amazonas, Dr. José Ferreira Sales, pela prisão do grupo de pessoas, entre elas policiais civis, militares e empresários, envolvidas com o tráfico de drogas.	11/06/03 Aprovado, com a seguinte alteração: - Envio de uma moção de apoio pelo trabalho realizado.	- Ofício nº 676/03-Pres. expedido em 18/06/03.
82	NEUCIMAR FRAGA	Requer informações ao Ministério Público do Estado do Pará sobre:- Cópia atualizada dos processos referentes aos casos dos meninos emasculados e assassinados na cidade de Altamira – PA.	11/06/03 Aprovado	- Ofício nº 663/03-Pres. expedido em 13/06/03.
83	MORONI TORGAN	Requer ouvir em audiência pública peritos criminais federais e delegado da Polícia Federal.	11/06/03 Aprovado	Reunião realizada em 12/06/03.
84	NEUCIMAR FRAGA	Requer informações à INTERPOL sobre tráfico de órgãos e de seres humanos.	11/06/03 Aprovado	- Ofícios nºs 670 a 672/03-Pres. expedidos em 13/06/03.

**COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA E COMBATE AO CRIME ORGANIZADO, VIOLENCIA E NARCOTRÁFICO**

<b>Req Nº</b>	<b>Autor</b>	<b>Ementa</b>	<b>Resultado</b>	<b>Doc. Gerado/Obs</b>
85	NEUCIMAR FRAGA	Requer informações à Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados sobre tráfico de órgãos e sobre crianças emasculadas na cidade de Altamira – PA.	11/06/03 Aprovado	- Ofício nº 662/03-Pres. expedido em 12/06/03.
86	JOÃO CAMPOS	Solicita que seja encaminhado expediente ao Sr. Ministro da Justiça, para prestar informações sobre o Plano de Segurança Pública do atual Governo.	25/06/03 Aprovado	- Ofício nº 701/03-Pres. expedido em 02/07/03.
87	IRINY LOPES	Requer sejam enviadas congratulações à Penitenciária Lemos de Brito (RJ), na pessoa de seu Diretor, pelo trabalho desenvolvido junto aos detentos.	25/06/03 Aprovado, com a seguinte alteração: - Inclusão de pedido de cópia do programa de implementação do trabalho desenvolvido junto aos detentos de utilização de sua mão-de-obra por micro e pequenas empresas.	- Ofício nº 694/03-Pres. expedido em 01/07/03.
88	IRINY LOPES	Requer a realização de Seminário sobre prova pericial e política científica.	25/06/03 Aprovado, com a seguinte alteração: - Inclusão de convite a juízes, agentes e delegados das polícias federal, civil e militar.	Seminário realizado em 20/11/03.
89	ALBERTO FRAGA	Requer a realização de audiência pública com componentes do Grupo-Tarefa do Ministério Público e da Polícia Federal de Curitiba-PR, e o Procurador Luís Francisco Fernandes de Souza.	12/06/03 Aprovado, contra o voto do Dep. Edmar Moreira	- Ofícios nºs 665 a 668/03-Pres. expedidos em 12/06/03 - Ofícios nºs 678 a 683/03-Pres. expedidos em 18/06/03.
90	MORONI TORGAN E ALBERTO FRAGA	Requer a transformação de audiência pública em reunião secreta.	12/06/03 Aprovado	- Reunião realizada em 12/06/03.
91	IRINY LOPES	Requer seja convidado o Sr. Gustavo Franco, ex-presidente do Banco Central, para prestar informações sobre os relatos ocorridos em Audiência Pública do dia 12/06/03, na qual foi informada a responsabilidade do Banco Central pela autorização às agências de Foz do Iguaçu das instituições financeiras Banco do Brasil, Bemge, Banestado, Banco Araucária e Banco Real, p/ recebimento de valores superiores a dez mil reais vindos do exterior, a qual teria culminado todo a problemática do caso Banestado.	18/06/03 Aprovado	- Ofício nº 684/03-Pres. expedido em 18/06/03.
92	TELMA DE SOUZA, JORGE BOEIRA E ANTONIO CARLOS BISCAIA	Solicitam que sejam convidados o Sr. Secretário Nacional de Direitos Humanos, Nilmário Miranda e representantes da sociedade civil organizada, a fim de debaterem a violência física e moral contra crianças em ambientes domiciliares, públicos e em instituições de ensino em audiência conjunta com a Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado e a Comissão de Seguridade Social e Família.	25/06/03 Aprovado, com a seguinte alteração: - Estender o convite a outras autoridades ligadas ao tema.	

**COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA E COMBATE AO CRIME ORGANIZADO, VIOLENCIA E NARCOTRÁFICO**

<b>Req Nº</b>	<b>Autor</b>	<b>Ementa</b>	<b>Resultado</b>	<b>Doc. Gerado/Obs</b>
93	CORONEL ALVES	Requer o envio de Indicação ao Poder Executivo, por intermédio do Ministério da Justiça, visando a obter, junto a CEF e ao BB recursos, para atender a Programas de Financiamento, direcionados aos integrantes dos órgãos de Segurança Pública.	25/06/03 Aprovado	- Enviada a indicação ao Presidente da CD p/ as providências do art. 113, § 1º, do RICD, em 02/07/03.
94	CORONEL ALVES	Requer o envio de Indicação ao Poder Executivo, por intermédio do Ministério da Justiça, visando a obter, junto ao Ministério do Trabalho e Emprego, recurso do fundo de Amparo ao trabalhador e do fundo de Garantia por Tempo de Serviço, para atender a Programas de Financiamento da Primeira Casa Própria, direcionado aos integrantes dos órgãos de Segurança Pública.	25/06/03 Aprovado	- Enviada a indicação ao Presidente da CD p/ as providências do art. 113, § 1º, do RICD, em 02/07/03.
95	CORONEL ALVES	Requer o envio de Indicação ao Poder Executivo, por intermédio do Ministério da Justiça, visando a obter, junto ao Ministério do Trabalho e Emprego, recurso do fundo de Amparo ao trabalhador e ao Ministério da Educação, recursos para atender a Programas de Bolsa de Estudo para os integrantes dos órgãos de Segurança Pública.	25/06/03 Aprovado	- Enviada a indicação ao Presidente da CD p/ as providências do art. 113, § 1º, do RICD, em 02/07/03.
96	CORONEL ALVES	Requer o envio de Indicação ao Poder Executivo, por intermédio do Ministério da Justiça, visando a obter, junto ao Ministério da Saúde recursos, para atender a Programas de Saúde, direcionado aos integrantes dos órgãos de Segurança Pública.	25/06/03 Aprovado	- Enviada a indicação ao Presidente da CD p/ as providências do art. 113, § 1º, do RICD, em 02/07/03.
97	MORONI TORGAN	Requer ouvir em audiência pública Procuradoras da República.	18/06/03 Aprovado	- Ofícios nºs 682/03 e 683/03-Pres. expedidos em 18/06/03.
98	PAULO RUBEM SANTIAGO	Requer seja designada uma Comissão Representativa da CSPCCOVN, para seguirem ao Estado do Paraná e manter contato com a CPI do Banestado, instalada e em andamento na Assembléia Legislativa daquele Estado.	25/06/03 Aprovado, com as seguintes alterações: - Substituição da expressão "Comissão Representativa" por "Grupo de Diligência" incluindo o Deputado Paulo Rubem Santiago e integrantes do Grupo de Trabalho "Lavagem de Dinheiro" na comitiva que irá ao Estado.	
99	CARLOS SOUZA	Requer seja encaminhada ao Ministério da Justiça e ao Departamento de Polícia Federal, solicitação para a formação de força-tarefa com o objetivo da apuração de denúncia contida na fita de áudio anexada a este requerimento, onde consta indícios de esquema de facilitação de comunicação externa de presidiários, acessível através de central telefônica clandestina montada possivelmente no Estado da Bahia.	25/06/03 Aprovado, com as seguintes alterações: - Inclusão da realização de diligências em Manaus, com a presença do Deputado Carlos Souza e integrantes do Grupo de Trabalho "Organizações criminosas que agem dentro de presídios".	- Ofícios nºs 685 a 693/03-Pres. expedidos em 27/06/03. - Ofício nº 698/03-Pres. expedido em 01/07/03.
100	NEUCIMAR FRAGA	Requer proteção policial ao Delegado José Castilho Neto e ao Perito Federal Renato Rodrigues Barbosa.	25/06/03 Aprovado	- Ofício nº 696/03-Pres. expedido em 01/07/03.
101	ODAIR	Requer Audiência Pública para discutir sobre as APACs – Associação de Proteção e Assistência ao Condenado, visando ao conhecimento do trabalho realizado por estas entidades.	26/06/03 Aprovado	

**COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA E COMBATE AO CRIME ORGANIZADO, VIOLENCIA E NARCOTRÁFICO**

<b>Req Nº</b>	<b>Autor</b>	<b>Ementa</b>	<b>Resultado</b>	<b>Doc. Gerado/Obs</b>
102	COLBERT MARTINS	Solicita à Comissão de Segurança Pública que requeira ao Plenário da Câmara dos Deputados a criação de Comissão Externa destinada a acompanhar, in loco, as investigações acerca de supostas remessas ilegais de divisas por meio do BANESTÁDO.	25/06/03 Aprovado, com a seguinte alteração: - Inclusão de viagem da Comissão de Segurança Pública aos Estados Unidos para acompanhar a investigação.	Req nº 981/03-CSPCCOVN, de 16/07/03.
103	NEUCIMAR FRAGA	Requer informações à Corregedoria-Geral da Justiça do Estado de Tocantins sobre Tráfico de Órgãos Humanos.	26/06/03 Aprovado	- Ofício nº 697/03-Pres. expedido em 01/07/03.
104	IRINY LOPES	Requer seja enviado ofício ao Ministro do Superior Tribunal de Justiça para que forneça a esta Comissão cópia da decisão que concedeu habeas corpus ao Senhor José Carlos Gratz.	26/06/03 Aprovado, com a seguinte alteração: - Substituição da expressão "...cópia da decisão proferida nos autos, para análise pela Comissão..." por "...cópia da decisão e dos votos proferidos nos autos, para conhecimento dos seus fundamentos jurídicos pela Comissão.".	- Ofício nº 695/03-Pres. expedido em 01/07/03.
105	NEUCIMAR FRAGA	Requer pareceres ao Conselho Federal de Medicina – CFM sobre questões ligadas à morte encefálica e melhor estado dos pacientes para retirada de órgãos.	06/08/03 Aprovado	- Ofício nº 719/03-Pres. expedido em 12/08/03.
106	NEUCIMAR FRAGA	Requer cópia de processo à 4ª Vara Federal da Seção Judiciária de Minas Gerais.	06/08/03 Aprovado	- Ofício nº 718/03-Pres. expedido em 12/08/03.
107	RUBINELLI	Solicita que seja encaminhado ao Governador do estado de São Paulo, o Ilustre Sr. Geraldo Alckmin, ofício pedindo a instalação de uma Delegacia Seccional da Polícia Civil no município de Mauá – SP, região do Grande ABC.	13/08/03 Aprovado	- Ofício nº 730/03-Pres. expedido em 21/08/03.
108	RUBINELLI	Requer o envio de Indicação ao Poder Executivo, por intermédio do Ministério da Justiça, visando a obter a instalação de uma Delegacia da Polícia Federal na conhecida, nacionalmente, região do Grande ABC, estado de São Paulo.	13/08/03 Aprovado	- Enviada a indicação ao Presidente da CD p/ as providências do art. 113, § 1º, do RICD, em 28/08/03.
109	NEUCIMAR FRAGA	Requer cópia de informações à Delegacia da cidade de Ouro Preto D'Oeste-RO sobre andamento de inquérito policial.	06/08/03 Aprovado	- Ofício nº 717/03-Pres. expedido em 12/08/03.
110	DARCI COELHO	Requer a tramitação conjunta dos Projetos de Lei nº 797, de 2003, e 854, de 2003.	06/08/03 Aprovado	- Enviado requerimento ao Presidente da CD por meio do ofício nº 723/03-Pres. expedido em 14/08/03.
111	PAULO BALTAZAR	Requer providências para que seja solucionada a questão da violência contra estudantes no município de Santa Rita do Sapucaí/MG.	13/08/03 Aprovado	- Ofícios nºs 724 a 727/03-Pres. expedidos em 14/08/03.
112	COLBERT MARTINS	Requer a constituição do Grupo de Trabalho sobre Plantio de Maconha e Tráfico de Entorpecentes na Região Nordeste.	13/08/03 Aprovado	Ver tabela de Grupos de Diligência.
113	MORONI TORGAN	Requer a criação de Grupos de Trabalho no âmbito da Comissão ("Máfia Nigeriana"; "Lavagem de Dinheiro"; "Tráfico de Armas"; "Organizações Criminosas que Agem dentro dos Presídios", "Desmanche de Carros" e "Roubo de Cargas").	13/08/03 Aprovado	Ver tabela de Grupos de Diligência.

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA E COMBATE AO CRIME ORGANIZADO, VIOLENCIA E NARCOTRÁFICO

<b>Req Nº</b>	<b>Autor</b>	<b>Ementa</b>	<b>Resultado</b>	<b>Doc. Gerado/Obs</b>
114	CABO JÚLIO	Requer a realização de Audiência Pública em conjunto com a Comissão Permanente de Segurança Pública da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, para que sejam apuradas denúncias de atuação atentatória contra os princípios da impessoalidade, legalidade e moralidade, por parte de alguns policiais militares, durante os procedimentos de fiscalização ambiental de garimpos no município de Itabira/MG e região.	13/08/03 Aprovado	
115	ANTONIO CARLOS BISCAIA E NELSON PELLEGRIINO	Solicitam sejam convidados a Srª Drª. Cláudia Freitas Chagas – Secretária Nacional de Justiça; Sr. Dr. Luiz Eduardo Soares – Secretário Nacional de Segurança Pública; Sr. Dr. Augusto Thompson – Ex-Secretário de Segurança Pública do Rio de Janeiro; Sr. Luiz Antônio Nascimento Fonseca – Coordenador Nacional do Fórum Permanente para Assuntos Penitenciários; Sr. Breno Rocha – Presidente da Federação Nordestina de Agentes e Servidores Penitenciários, para debaterem em reunião de Audiência Pública, preferencialmente entre os dias 28, 29 e 30 de outubro de 2003, o SISTEMA PENITENCIÁRIO BRASILEIRO.	19/08/03 Aprovado	Reunião Realizada em 29/10/03
116	BOSCO COSTA	Requer investigação dos fatos relativos à fuga do empresário Floro Calheiros, acusado de envolvimento em vários crimes, dentre eles o de participação no assassinato do Deputado Estadual Joaldo Barbosa.	28/08/03 Aprovado, com a seguinte alteração: - O Grupo de Trabalho criado no âmbito da Comissão para "acompanhar a investigação do homicídio do deputado estadual Joaldo Barbosa - SE", sob a relatoria do Deputado Rubinelli, irá acompanhar as investigações.	- Ofício nº 740/03-Pres. Expedido em 02/09/03
117	LAURA CARNEIRO	Requer a realização de Audiência Pública para se debater o Estatuto da Criança e do Adolescente, quando, oportunamente, serão analisados os projetos atinentes à questão que tramitam na Casa.	02/09/03 Aprovado	
118	NEUCIMAR FRAGA	Requer informações junto ao Ministério Público Federal sobre o andamento de investigações no benefício ilegal de Transplante de Órgãos.	02/09/03 Aprovado	- Ofício nº 749/03-Pres. Expedido em 04/09/03
119	NEUCIMAR FRAGA	Requer informações junto ao Ministério Público Federal referente ao andamento do processo nº 31.653-9/2002 que tem como fato um crime hediondo e triplamente qualificado, ocorrido no Estado da Bahia em 21 de março de 2001.	02/09/03 Aprovado	- Ofício nº 748/03-Pres. expedido em 04/09/03
120	NEUCIMAR FRAGA	Requer cópia de processos junto ao DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL – DIREX/CGDI – DIVISÃO DE DIREITOS HUMANOS – Brasília – DF, referentes à instauração de dois inquéritos para apuração de crimes relacionados ao tráfico de órgãos.	02/09/03 Aprovado	- Ofício nº 747/03-Pres. Expedido em 04/09/03
121	ALBERTO FRAGA	Requer a realização de Audiência Pública Conjunta, com a presença do Sr. Bruce Zagaris, advogado americano e grande estudioso da questão da "Lavagem de Dinheiro".	28/08/03 Aprovado	Audiência realizada em 03/09/03
122	MORONI TORGAN	Requer a investigação no Estado do Piauí das ameaças sofridas pelo Deputado Federal Afonso Gil.	28/08/03 Aprovado	
123	PERPÉTUA ALMEIDA	Solicita a realização de reuniões de debate sobre as emendas ao Plano Plurianual e a Lei Orçamentária Anual que deverão ser apresentadas por esta digníssima Comissão.	03/09/03 Aprovado	Reunião realizada em 12/11/03.
124	RUBINELLI	Requer informações sobre instalação de CPI na Assembléia Legislativa do Estado de Sergipe, para apurar assassinato do deputado estadual Joaldo Barbosa.	03/09/03 Aprovado	- Ofício nº 746/03-Pres. expedido em 04/09/03

**COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA E COMBATE AO CRIME ORGANIZADO, VIOLENCIA E NARCOTRÁFICO**

<b>Req Nº</b>	<b>Autor</b>	<b>Ementa</b>	<b>Resultado</b>	<b>Doc. Gerado/Obs</b>
125	RUBINELLI	Requer seja solicitada à Rede Globo de Televisão cópia das fitas "Carros Salvados", editadas nos dias 10 e 17 de agosto p.p., no Programa Fantástico.	03/09/03 Aprovado, com as seguintes alterações: - Substituição da palavra "editadas" por "veiculadas" - Acrescentar que a cópia das fitas deveria ser sobre seu inteiro teor e não somente sobre a parte editada.	- Ofício nº 750/03-Pres., expedido em 04/09/03.
126	RUBINELLI	Requer à Secretaria de Segurança Pública do Estado de Aracaju-SE, através do Dr. João Eloy, informações sobre quais as providências adotadas para averiguação do assassinato do deputado estadual Joaldo Barbosa.	03/09/03 Aprovado	- Ofício nº 745/03-Pres. expedido em 05/09/03
127	RUBINELLI	Requer ao Departamento de Polícia Federal de Aracaju-SE, relatório das investigações do assassinato do deputado estadual Joaldo Barbosa.	03/09/03 Aprovado	- Ofício nº 744/03-Pres. expedido em 05/09/03
128	CORONEL ALVES	Requer a realização de audiência pública conjunta entre a CSPCCOVN e CREDN com o Ministro da Justiça para prestar informações sobre o Tráfico Ilícito de Armas e Munições.	23/09/03 Aprovado, com as seguintes alterações: - Inclusão de convite ao Ministro da Justiça.	
129	CORONEL ALVES	Requer a realização de audiência pública conjunta entre a CSPCCOVN e CREDN com o Ministro de Estado da Defesa para prestar informações sobre o Tráfico Ilícito de Armas e Munições.	23/09/03 Aprovado, com as seguintes alterações: - Inclusão de convite ao Ministro da Justiça.	
130	CORONEL ALVES	Requer a realização de audiência pública conjunta entre a CSPCCOVN e CREDN com o Ministro Chefe do Gabinete de Segurança Institucional para prestar informações sobre o tráfico ilícito de Armas e Munições.	25/09/03 Retirado pelo Autor.	
131	CORONEL ALVES	Requer a solicitação e informações de Processo Penal, relativo à narcotráfico, junto ao Tribunal de Justiça do Estado do Amapá ao Ministério Público e Polícia Federal.	23/09/03 Aprovado	- Ofícios nºs 790, 791 e 792/03-Pres., expedidos em 30/09/03.
132	CORONEL ALVES	Requer a solicitação de informações sobre o Tráfico de Armas, junto ao Exército Brasileiro, Polícia Federal, Secretaria de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro e do Estado de São Paulo.	23/09/03 Aprovado, com as seguintes alterações: - Inclusão do pedido de informações às Secretarias de Segurança Pública dos Estados de Mato Grosso do Sul e Paraná	- Ofícios nºs 783 a 788/03-Pres., expedidos em 30/09/03.
133	ALBERTO FRAGA	Requer a realização de audiência pública com as presenças do Comandante Militar da Amazônia, para informar os resultados desenvolvidos pelo referido Comando Militar na operação para combater refluxos do narcotráfico e da guerrilha colombiana na fronteira entre Brasil, Colômbia e o Peru, e do Sr. Fábio Pannunzio, jornalista da Rede Bandeirante de Televisão, que realizou ampla investigação e matérias jornalísticas que tratam do envolvimento da guerrilha colombiana na fronteira brasileira com o narcotráfico, em conjunto com a CREDN.	24/09/03 Aprovado, com a seguinte alteração: - Substituição da expressão "a realizar-se no dia 17/09/03" por "a realizar-se no dia 02/10/03".	- Reunião realizada em 02/10/03 pela CREDN.
134	NEUCIMAR FRAGA	Requer cópia de processos junto à 1ª VARA CRIMINAL DA COMARCA DE TAUBATÉ - SP.	24/09/03 Aprovado	- Ofício nº 793/03-Pres., expedido em 30/09/03.

**COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA E COMBATE AO CRIME ORGANIZADO, VIOLENCIA E NARCOTRÁFICO**

<b>Req Nº</b>	<b>Autor</b>	<b>Ementa</b>	<b>Resultado</b>	<b>Doc. Gerado/Obs</b>
135	LAURA CARNEIRO	Requer o aumento do prazo para apreciação do PL nº 1555/2003 que tramita em regime de prioridade.	09/09/03 Aprovado, com a seguinte alteração: - Prorrogação do prazo até quarta-feira, dia 17/09/03.	Enviado requerimento nº 1.157/03 da CSPCCOVN ao Presid. da CD, através do Ofício nº 767/03-Pres. expedido em 09/09/03.
136	CABO JÚLIO	Requer a criação de uma Comissão Externa, sem ônus para esta Casa, a fim de proceder acompanhamento da sindicância interna instaurada pela Polícia Militar de Minas Gerais, em ocorrência de ampla repercussão que culminou com a morte de um menor com 17 anos.	30/09/03 Aprovado	- Ofício nº 799/03-Pres., expedido em 01/10/03. - Req nº 1265/03-CSPCCOVN, de 08/10/03.
137	VANDER LOUBET	Requer que seja solicitado na Subcomissão dos Transportes, Ministério dos Transportes, cópia de documentos, se existentes, referentes a roubo de carga.	23/09/03 Aprovado	- Ofício nº 796/03-Pres., expedido em 01/10/03.
138	VANDER LOUBET	Requer que seja solicitado à Secretaria de Justiça, Ministério da Justiça, cópia de documentos, se existentes, referentes a roubo de carga.	23/09/03 Aprovado	- Ofício nº 789/03-Pres., expedido em 30/09/03.
139	VANDER LOUBET	Requer seja solicitada cópia de peças processuais à Comarca de Imbituba, SC.	23/09/03 Aprovado	- Ofício nº 777/03-Pres., expedido em 25/09/03.
140	IRINY LOPES	Requer seja oficiado o Excelentíssimo Senhor Delegado de Polícia Assistente, Dr. José Roberto de Arruda, para que envie a esta Comissão cópia dos seis inquéritos policiais instaurados após o interrogatório de Francisco Oliveira de Menezes ao Juiz de Direito da 1ª Vara Criminal Central de São Paulo – SP.	24/09/03 Aprovado	- Ofício nº 795/03-Pres., expedido em 30/09/03.
141	RUBINELLI	Solicita sejam convidados a Sra. Delegada Meire Belfort e o Secretário de Segurança Pública, Luiz Mendonça, de Sergipe, a comparecerem a esta Comissão para prestar esclarecimentos sobre fatos relativos ao assassinato do deputado estadual Joaldo Barbosa.	23/09/03 Aprovado	- Ofícios nºs 931, 932, 943, 939 a 941/03-Pres., expedidos em 19/11/03.
142	NELSON MARQUEZELLI	Requer ao Congresso Nacional a convocação de plebiscito sobre a pena de morte.	24/09/03 Não deliberado	
143	ODAIR	Requer informações ao Sr. Secretário de Estado de Defesa Social de Minas Gerais, sobre a possível construção de um presídio no município de Três Corações - MG.	24/09/03 Aprovado	- Ofício nº 794/03-Pres., expedido em 30/09/03.
144	CARLOS SAMPAIO	Requer seja convidado para Audiência Pública o apresentador do Sistema Brasileiro de Televisão - SBT o Senhor Augusto Liberato.	24/09/03 Aprovado, com a seguinte alteração: - Se o fato versar sobre crime organizado, a reunião será realizada por esta Comissão; caso envolva outras competências desta Comissão, será realizada reunião conjunta com a Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática.	
145	PAULO PIMENTA	Requer a realização de audiência pública para debater com a categoria dos peritos sobre a perícia como atividade essencial da segurança pública e seu inerente risco de vida, insalubridade e periculosidade.	08/10/03 Aprovado	

**COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA E COMBATE AO CRIME ORGANIZADO, VIOLENCIA E NARCOTRÁFICO**

<b>Req Nº</b>	<b>Autor</b>	<b>Ementa</b>	<b>Resultado</b>	<b>Doc. Gerado/Obs</b>
146	RUBINELLI	Requer seja convidado o Superintendente da Polícia Federal de Sergipe, Sr. Kércio Silva Pinto a comparecer a esta Comissão, na mesma data em que o Secretário de Segurança Pública, Luiz Mendonça e a Delegada de Polícia Meire Belfort, ambos de Sergipe, para prestar esclarecimentos sobre fatos relativos ao assassinato do Deputado Estadual Joaldo Barbosa.	30/09/03 Aprovado	- Ofícios nºs 931, 932, 943, 939 a 941/03-Pres., expedidos em 19/11/03.
147	IRINY LOPES	Requer a realização de Seminário, em parceria com a Comissão de Direitos Humanos, para tratar da questão da violência doméstica.	30/09/03 Aprovado	- Seminário realizado em 11/11/03, pela CSPCCCOVN.
148	RUBINELLI	Requer seja solicitado ao Delegado Titular da cidade de Araras, no Estado de São Paulo, informações sobre quais providências estão sendo adotadas para elucidar homicídio cometido contra o jovem Kleber Silveira Silva.	30/09/03 Aprovado	- Ofício nº 801/03-Pres., expedido em 02/10/03.
149	NEUCIMAR FRAGA	Requer cópia de processo junto ao TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO.	15/10/03 Aprovado	- Ofício nº 875/03-Pres., expedido em 22/10/03.
150	NEUCIMAR FRAGA	Requer informações junto ao Tribunal de Justiça do Estado da Bahia.	15/10/03 Aprovado	- Ofício nº 874/03-Pres., expedido em 22/10/03.
151	MORONI TORGAN	Requer informações ao Departamento de Investigações sobre Narcóticos (Denarc).	15/10/03 Aprovado	- Ofícios nº 876/03-Pres., expedidos em 22/10/03.
152	PERPÉTUA ALMEIDA	Solicita a aprovação do roteiro de atividades do Grupo de Diligência sobre os problemas na área de manutenção da Polícia Federal.	15/10/03 Aprovado	- Ofícios nºs 837 a 872, 877, 886 a 892, 929 e 930/03-Pres., expedidos em 17/10/03, 23/10/03 e 24/10/03.
153	ALBERTO FRAGA	Solicita seja convocado para depor o Sr. Delegado Paulo Lacerda Diretor do DPF, a fim de prestar esclarecimentos sobre nota da FENAPEF que divulgou resultado de plebiscito de avaliação dos servidores, avaliando a sua administração com 91,9% de rejeição.	28/10/03 Rejeitado	
154	ALBERTO FRAGA	Solicita seja convocado para depor o Sr. Delegado de Polícia Federal Armando Coelho Neto, presidente da Federação dos Delegados Federais, a fim de prestar esclarecimentos.	05/11/03 Aprovado, com a seguinte alteração: - Mudança do termo "CONVOCADO" por "CONVIDADO".	
155	CELSO RUSSOMANNO	Solicita que seja encaminhado Requerimento de Informações ao Excelentíssimo Senhor Ministro da Justiça Márcio Thomaz Bastos, sobre a situação dos 1300 (mil e trezentos) Policiais Federais sub judice desde o concurso de 1993	05/11/03 Aprovado	- Ofício nº 926 /03-Pres., expedido em 18/11/03.
156	IRINY LOPES	Solicita seja convidado o corregedor da Polícia Rodoviária Federal no Espírito Santo, o Senhor Wendel Benevides Matos, para prestar esclarecimentos a respeito de possíveis ameaças a ele feitas pelo Juiz Federal da 7ª Vara Criminal de São Paulo, Ali Mazloum, conforme reportagem publicada à página 07 do Jornal "Folha de São Paulo" no dia 04 de novembro de 2003.	05/11/03 Aprovado	- Ofícios nºs 996/03-Pres. e 344/03-Sec., expedidos em 26/11/03.

**COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA E COMBATE AO CRIME ORGANIZADO, VIOLENCIA E NARCOTRÁFICO**

<b>Req Nº</b>	<b>Autor</b>	<b>Ementa</b>	<b>Resultado</b>	<b>Doc. Gerado/Obs</b>
157	MORONI TORGAN	Requer a constituição de Grupo de Diligência para acompanhar as investigações das execuções de policiais nos Estados de São Paulo e Rio de Janeiro.	12/11/03 Aprovado	Ver tabela dos Grupos de Diligência
158	REGINALDO GERMANO	Solicita realização de Audiência Pública para ouvir o Sr. MARCELO TADEU BORROZINE.	18/11/03 Aprovado	- Ofício nº 944/03-Pres., expedido em 20/11/03.
159	NEUCIMAR FRAGA	Requer informações junto às CENTRAIS DE TRANSPLANTES.	19/11/03 Aprovado	- Ofícios nºs 955 a 993/03-Pres., expedidos em 26/11/03.
160	ANTÔNIO CARLOS MENDES THAME	Requer cópia, junto ao Jornal Folha de São Paulo, da degravação oficial e integral das 42 fitas de conversas telefônicas que são conexas ao crime que ocasionou a morte do prefeito de Santo André, Celso Daniel, em janeiro de 2002.	10/12/03 Não deliberado	

*Tabela 4 - Quadro dos Grupos de Diligência*

<b>Grupo de Diligência</b>	<b>Criação<sup>2</sup></b>	<b>Composição</b>	<b>Documentos gerados</b>	<b>Diligências e eventos realizados</b>
<b>Combate à violência doméstica</b>	12/03/03 Requerimento nº 7/03	Iriny Lopes (Relatora); Laura Carneiro; Marcelo Ortiz (Coordenador); Perpétua Almeida.	Requerimentos <sup>1</sup> nºs 8/03, 9/03 e 147/03.	Seminário sobre Violência Doméstica realizado em 11/11/03 no Plenário 14.
<b>Plantio de maconha e tráfico de entorpecentes na região Nordeste</b>	13/03/03 Requerimento nº 112/03	Colbert Martins; Gilberto Nascimento (Relator); João Campos; Neucimar Fraga; Pastor Pedro Ribeiro.		
<b>Acompanhar as investigações do assassinato do Juiz Alexandre Martins de Castro Filho - ES</b>	25/03/03 Requerimento nº 25/03	Coronel Alves; Iriny Lopes; Neucimar Fraga (Coordenador); Perpétua Almeida (Relatora).	Relatório Final do Grupo disponível na página da Comissão na Internet: ( <a href="http://www.camara.gov.br/Internet/comissao/default.asp">http://www.camara.gov.br/Internet/comissao/default.asp</a> ) - Ofício nº 140/03-Pres., encaminha relatório elaborado pelo Grupo de Diligência ao Ministro da Justiça.	27/03 - Reunião na sede do Grupo de Repressão ao Crime Organizado do Espírito Santo (GRCO-ES), com a presença do Sr. Fernando Henrique, Delegado responsável pelo acompanhamento do caso; do Chefe do GRCO-ES, Promotor Gilberto Toscano Fabiano de Matos; do Superintendente da PF e Coordenador da Missão Especial de Combate ao Crime Organizado no Espírito Santo, Roberto Precioso Júnior, e do Procurador-Geral do ES, José Maria R. de Oliveira Filho. ----- 27/03 – Reunião no gab. do governador do Espírito Santo, com a presença do Governador Paulo Hartung; do Superintendente da PF, Roberto Precioso Júnior; do Procurador do MPF, José Roberto Santoro; do Secretário de Segurança do ES, Rodney Rocha Miranda, e da Presidente da Comissão de Cidadania e Direitos Humanos, Dep. Estadual Janete Sá.
<b>Acompanhar a investigação do homicídio do Juiz de execuções criminais de Presidente Prudente</b>	25/03/03 Requerimento nº 22/03	Antonio Carlos Mendes Thame; Arnaldo Faria de Sá; Carlos Sampaio; Dimas Ramalho; Laura Carneiro.		01/04 – Reunião no MP de São Paulo/SP, com a presença do Procurador-Geral de Justiça do MP de São Paulo, Luiz Antônio Guimarães Marrey. ----- 01/04 – Reunião na Secretaria de Segurança Pública de São Paulo, com a presença do Secretário de Segurança Pública de São Paulo, Saulo de Castro Abreu Filho.

<sup>1</sup> Cf. Anexos - Tabela 3 - "Quadro de Requerimentos".

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA E COMBATE AO CRIME ORGANIZADO, VIOLENCIA E NARCOTRÁFICO

<b>Grupo de Diligência</b>	<b>Criação<sup>2</sup></b>	<b>Composição</b>	<b>Documentos gerados</b>	<b>Diligências e eventos realizados</b>
<b>Tráfico de órgãos humanos</b>	26/03/03 Requerimento nº 26/03	Barbosa Neto; Carlos Sampaio; Gilberto Nascimento; João Campos; Marcelo Ortiz; Neucimar Fraga (Relator); Pastor Pedro Ribeiro; Perpétua Almeida.	Requerimentos <sup>1</sup> nºs: 56/03, 57/03, 58/03, 59/03, 60/03, 61/03, 62/03, 69/03, 80/03, 82/03, 84/03, 85/03, 103/03, 105/03, 106/03, 118/03, 120/03, 134/03, 149/03 e 159/03.	<p>26/03 - Reunião no gab. do Dep. Neucimar Fraga, com a presença dos Dep. Gilberto Nascimento, Perpétua Almeida, Marcelo Ortiz e João Campos e do Sr. Paulo Pavesi, pai de uma das vítimas do tráfico de órgãos, para a exposição do fato ocorrido.</p> <p>29/04 - Reunião no gab. do Dep. Neucimar Fraga para a exibição de fitas de vídeo a fim de evidenciar a gravidade do objeto de investigação do grupo, com a presença dos Dep. Gilberto Nascimento, Perpétua Almeida e Marcelo Ortiz.</p> <p>06/05 - Reunião no gab. do Dep. Neucimar Fraga para debater sobre as informações obtidas até então, com a presença dos Dep. Gilberto Nascimento, Perpétua Almeida, Marcelo Ortiz e João Campos.</p> <p>12/06 - Reunião no gab. do Dep. Neucimar Fraga, com a presença dos Dep. Gilberto Nascimento, Perpétua Almeida, Marcelo Ortiz e João Campos, com o objetivo de realizar um balanço sobre o trabalho desenvolvido até então e discutir a possibilidade de instalação de uma CPI.</p> <p>28 e 29/08 - Tribunal de Justiça de Belém - O Dep. Neucimar Fraga assitiu ao julgamento das crianças emasculadas em Altamira, sob a presidência do Juiz Ronaldo Valle.</p> <p>30/10 - Reunião na 1ª Vara Criminal da Comarca de Taubaté do Dep. Neucimar Fraga com o Dr. Roosevelt Kalumi, médico que denunciou o tráfico de órgãos na região de Taubaté, e o Promotor de Justiça Pedro Gagliati.</p> <p>11/12 – Reunião na SRPF/PE do Dep. Neucimar Fraga com o Superintendente da PF de Recife, Wilson Salles Damázio, e o Dep. Estadual Raimundo Pimentel, sobre a criação da CPI de Tráfico de Órgãos na Assembléia Legislativa do Estado.</p>
<b>Tráfico de drogas e exploração ilegal de mogno no Acre</b>	01/04/03 Requerimento nº 30/03	Alberto Fraga; Antonio Carlos Biscaia; Paulo Pimenta; Perpétua Almeida (Relatora); Vicente Cascione.	Relatório apresentado em 17/06/03.	<p>5/06 – Reunião na sede da Delegacia da PF no município de Cruzeiro do Sul - AC, com o agente Lucilo Jorge Filho e a Dep. Perpétua Almeida, para tratar do tráfico de drogas e da exploração de mogno na região.</p> <p>6/06 – Reunião da Dep. Perpétua Almeida com as lideranças indígenas na reserva Ashaninka - Aldeia Apiwtxa, e com o Presidente da FUNAI, Eduardo de Almeida; o Comandante do 61º BIS, Tem.-Cel João Cordeiro Falcão Neto; o Secretário Extraordinário dos Povos Indígenas do Governo do Acre, Francisco Pianko Ashaninka; o Policial Federal do Acre, Lucilo Jorge Filho; o Prefeito de Marchal Taumaturgo, Itamar de Sá, e o representante da União das Nações Indígenas do Acre e do sul da Amazônia, Inácio Kaxinawá. Foi realizado sobrevôo pela fronteira Acre/Peru, passando pela aldeia Sawawo.</p>

<sup>1</sup> Cf. Anexos - Tabela 3 - "Quadro de Requerimentos".

<b>Grupo de Diligência</b>	<b>Criação<sup>2</sup></b>	<b>Composição</b>	<b>Documentos gerados</b>	<b>Diligências e eventos realizados</b>
<b>Lavagem de Dinheiro</b>	08/04/03 Requerimento nº 113/03	Alberto Fraga (Relator); Antonio Carlos Biscaia; Carlos Sampaio; Juíza Denise Frossard; Paulo Baltazar; Wasny de Roure.	Requerimentos <sup>1</sup> nºs 89/03 e 98/03.	
<b>Tráfico de armas</b>	08/04/03 Requerimento nº 113/03	Arnaldo Faria de Sá; Coronel Alves(Coordenador); João Campos (Relator); Perpétua Almeida; Professor Irapuan Teixeira.	Requerimentos <sup>1</sup> nºs: 71/03, 72/03, 73/03, 74/03, 75/03, 128/03, 129/03 e 132/03.	
<b>Organizações criminosas que agem dentro dos presídios</b>	08/04/03 Requerimento nº 113/03	Cabo Júlio; Carlos Sampaio (Coordenador); Coronel Alves; Laura Carneiro (Relatadora); Marcelo Ortiz; Paulo Pimenta.	Requerimento <sup>1</sup> nº 99/03.  Compilação das informações coletadas na Secretaria de Estado da Administração Penitenciária de São Paulo e na Secretaria de Estado da Segurança Pública do Rio de Janeiro.	30/06 – Reunião em Manaus com a presença da Presidente do Tribunal de Justiça, Marinildes Mendonça; do Procurador da República, Sérgio Lauria; da Procuradora-Geral de Justiça, Maria Socorro Guedes; do Secretário de Segurança, Júlio Pinheiro; do Delegado-Geral da Polícia Civil, Francisco Sobrinho; do Secretário de Justiça, Davi Lauria; do Comandante da PM, Cel. Bernardo; do Juiz Federal Valisney de Oliveira; do Diretor da PF, Cláudio Rosas; e do Dep. Estadual Wallace Souza. Participaram da Diligência os Dep. Neucimar Fraga, Laura Carneiro e Carlos Souza.
<b>Desmanche de carros</b>	08/04/03 Requerimento nº 113/03	Carlos Sampaio; Rubinelli (Relator).	Requerimento <sup>1</sup> nº 125/03.	
<b>Roubo de cargas</b>	08/04/03 Requerimento nº 113/03	Carlos Sampaio; Cabo Júlio; Eliseu Padilha; Gilberto Nascimento; Iriny Lopes; João Campos; Leandro Vilela; Odair; Pompeo de Mattos; Vander Loubet (Relator); Vieira Reis.	Requerimentos <sup>1</sup> nºs: 63/03, 76/03, 77/03, 78/03, 137/03, 138/03, 139/03 e 140/03.	8/07 – Reunião no plenário 6, Anexo II, da CD, com a presença dos Dep. Vander Loubet, Carlos Sampaio, Eliseu Padilha, Gilberto Nascimento, João Campos e Odair.
<b>Máfia nigeriana</b>	08/04/03 Requerimento nº 113/03	Barbosa Neto; Celso Russomanno; Fernando Ferro; Pompeo de Mattos.		

<sup>1</sup> Cf. Anexos - Tabela 3 - "Quadro de Requerimentos".

<b>Grupo de Diligência</b>	<b>Criação<sup>2</sup></b>	<b>Composição</b>	<b>Documentos gerados</b>	<b>Diligências e eventos realizados</b>
<b>Investigar fatos delituosos envolvendo fiscais de renda e da Receita Federal do Rio de Janeiro</b>	09/04/03 Requerimento nº 32/03	Antonio Carlos Biscaia (Relator); Cabo Júlio; Laura Carneiro; Paulo Baltazar; Paulo Rubem Santiago; Wasny de Roure.	Relatório Final do Grupo disponível na página da Comissão na Internet: ( <a href="http://www.camara.gov.br/Internet/comissao/default.asp">http://www.camara.gov.br/Internet/comissao/default.asp</a> ).	29/04 – Reunião na Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro com a presença dos Dep. Antonio Carlos Biscaia, Paulo Baltazar e Wasny de Roure, e o Presidente da CPI dos Fiscais, Dep. Estadual Paulo Melo.
<b>Examinar propostas de reforma da Lei de Execuções Penais</b>	09/04/03 Requerimento nº 34/03	Antonio Carlos Biscaia; Barbosa Neto; Carlos Sampaio; João Campos; Juíza Denise Frossard .		
<b>Acompanhar a investigação do homicídio do Deputado Estadual Joaldo Barbosa - SE</b>	09/04/03 Requerimento nº 35/03	Alberto Fraga; Laura Carneiro; Rubinelli (Relator).	Requerimentos <sup>1</sup> nºs: 116/03, 124/03, 126/03, 127/03, 141/03 e 146/03.	
<b>Acompanhar a investigação sobre o assassinato do Deputado Valdeci de Paiva - RJ</b>	09/04/03 Requerimento nº 36/03	Cabo Júlio; Coronel Alves; Reginaldo Germano(Relator).	Requerimento <sup>1</sup> nº 158/03.  13/06/03 - Ofícios nºs 669, 674 e 675/03-Pres. 18/06/03 - Ofício nº 677/03-Pres. 09/07/03 - Ofício nº 706/03-Pres.	
<b>Investigar organizações criminosas de tráfico de drogas no DF</b>	23/04/03 Requerimento nº 45/03	Alberto Fraga; Antonio Carlos Biscaia; João Campos; Laura Carneiro; Wasny de Roure (Relator).		15/05/03 – Reunião no Gab. do Presidente do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios, Desembargador Natanael Caetano Fernandes, com a presença dos Dep. Antonio Carlos Biscaia, João Campos e Wasny de Roure.

<sup>1</sup> Cf. Anexos - Tabela 3 - "Quadro de Requerimentos".

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA E COMBATE AO CRIME ORGANIZADO, VIOLENCIA E NARCOTRÁFICO

<b>Grupo de Diligência</b>	<b>Criação<sup>2</sup></b>	<b>Composição</b>	<b>Documentos gerados</b>	<b>Diligências e eventos realizados</b>
<b>Problemas na área de manutenção da Polícia Federal</b>	15/10/03	Antonio Carlos Biscaia; Iriny Lopes; Ivan Ranzolin; Neucimar Fraga (Coordenador); Paulo Pimenta; Perpétua Almeida (Relatora).	Requerimento <sup>1</sup> nº 152/03.  Relatório Final do Grupo disponível na página da Comissão na Internet: ( <a href="http://www.camara.gov.br/Internet/comissao/default.asp">http://www.camara.gov.br/Internet/comissao/default.asp</a> )	<p>22/10 – Reunião no Plenário 6 da Câmara dos Deputados, com a presença do Presidente da Federação Nacional dos Policiais Federais - FNPF, Francisco Carlos Garisto; do Diretor de Administração e Logística Policial da PF, Alciomar Goersch; e do Relator do Projeto de Lei ao Orçamento 2004, Dep. Jorge Bittar.</p> <p>30/10 - Diligência na SRPF/SP com as seguintes autoridades: SRPF/SP, Francisco Baltazar da Silva; Presidente do Sindicato dos Policiais Federais de SP, Francisco Carlos Sabino; Presidente da Federação Nacional dos Delegados da Polícia Federal - FNDPF, Armando Coelho Neto; representante da FNPF, Edison Tessele; e diversos chefes de departamento da PF e representantes sindicais. Participaram os Dep. Antonio Carlos Biscaia, Iriny Lopes, Neucimar Fraga e Perpétua Almeida.</p> <p>31/10 - Diligência na SRPF/RJ com as seguintes autoridades: Superintendente Regional da PF/RJ, Roberto Precioso Júnior; Presidente do Sindicato dos Policiais Federais - SPF/RJ, Sebastião de Oliveira; representante da FNDPF, Carlos Henrique B. Nunes; representante da FNPF, Naziazeno F. Santos Júnior; e diversos chefes de departamento da PF, e representantes sindicais. Participaram os Dep. Antonio Carlos Biscaia, Iriny Lopes, Neucimar Fraga e Perpétua Almeida.</p> <p>3/11 - Diligência na SRPF/RS com as seguintes autoridades: Superintendente Regional da PF/RS, Rubem Albino Fockink e o Presidente do SPF/RS, Marcos Vinícius Wink. Participaram os Dep. Neucimar Fraga, Paulo Pimenta e Perpétua Almeida.</p> <p>27/11 - Reunião com o Ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, para a entrega do Relatório Final do Grupo. Participaram o Presidente da Comissão, Dep. Moroni Torgan, e os Dep. Antonio Carlos Biscaia, Iriny Lopes e Neucimar Fraga.</p>
<b>Acompanhar as investigações das recentes execuções de Policiais nos Estados de São Paulo e Rio de Janeiro</b>	12/11/03 Requerimento nº 157/03	<b>São Paulo</b> Alberto Fraga (Coordenador); Arnaldo Faria de Sá; Carlos Sampaio (Relator); Celso Russomano; Neucimar Fraga; Viscente Cascione.  <b>Rio de Janeiro</b> Antonio Carlos Biscaia (Relator); Bosco Costa; Gilberto Nascimento João Campos; Laura Carneiro (Coordenadora); Reginaldo Germano.	Ofícios nºs 922, 927, 933/03 a 936/03, 999/03, 1004/03, 1005/03 e 1020/03-Pres., expedidos em 14/11/03, 19/11/03 e 16/12/03.  Ofício nº 1020/03-Pres, ao MP/RJ, expedido em 16/12/03.	8/12 - Diligência no Comando da Polícia Militar do Rio de Janeiro, com a participação do Cel PM Renato Silva Hottz e dos Dep. Antonio Carlos Biscaia, Gilberto Nascimento, Laura Carneiro e Reginaldo Germano.  8/12 - Diligência na Polícia Civil do Rio de Janeiro com a participação do Chefe da Polícia Civil, Álvaro Lins dos Santos, e dos Dep. Antonio Carlos Biscaia, Gilberto Nascimento, Laura Carneiro e Reginaldo Germano.

## **EQUIPE TÉCNICA**

### ***QUADRO EFETIVO***

Kátia da Consolação dos Santos Viana  
**Secretária de Comissão Permanente**

Claudia Maria Matias Santarosa  
**1ª Substituta de Secretário de Comissão**

Alessandra Miranda Kuroiva  
**2ª Substituta de Secretário de Comissão**

Alexandre Augusto Castro Varella  
**Assistente de Comissão**

Lin Israel Costa dos Santos  
**Encarregado do Setor de Controle e Execução**

Ricardo Menezes Perpétuo  
**Encarregado do Setor de Tramitação de Proposições**

Sérgio Ricardo Alves Knust  
**Secretário da Presidência**

Raimunda Nunes de Oliveira  
**Auxiliar de Comissão**

### ***CARGOS DE NATUREZA ESPECIAL***

**Assessor Técnico Adjunto D**  
Arivaldo Gonçalves de F. Júnior  
José Eduardo Marzagão  
Luana Rodrigues Junot  
Luciana Camilo de Oliveira  
Lúcio Jaimes Acosta  
Maria Silva Aranha N. M. de Oliveira  
Ricardo Modesto Padovan  
Wildemar Guirra Araújo

**Assistente Técnico de Comissão Adjunto D**  
Jorge Pinheiro de Jesus  
Nágela Aires Pereira  
Vitor Emanuel Kitler Munhoz  
Wellington de Oliveira Filho

## **CONTATOS**

### **Página da Câmara dos Deputados**

<http://www.camara.gov.br>

### **e-mail da Comissão**

cspcvn.decom@camara.gov.br

### **Endereço**

Câmara dos Deputados - Anexo II  
- Sala 166 - C - CEP 70.160-900

### **Telefones**

0xx61 318-8615 / 0xx61 318-8616

### **Fax**

0xx61 318-2179